

Sua confiança
transforma o BMG.

O Banco Bmg se orgulha em saber que uma de suas maiores conquistas é ter como parceiros, clientes e colaboradores. Essa confiança mútua aumenta ainda mais o compromisso do Bmg em entregar serviços financeiros de qualidade para todos os brasileiros.

BMGB
B3 LISTED N1





Lucro Líquido ¹

R\$ 329 milhões

Lucro Líquido Recorrente ¹

R\$ 381 milhões

Patrimônio Líquido ²

R\$ 4,1 bilhões

Índice de Basileia ²

17,8 %

Carteira de Crédito ²

R\$ 14,0 bilhões

Ativos Totais ²

R\$ 28,2 bilhões

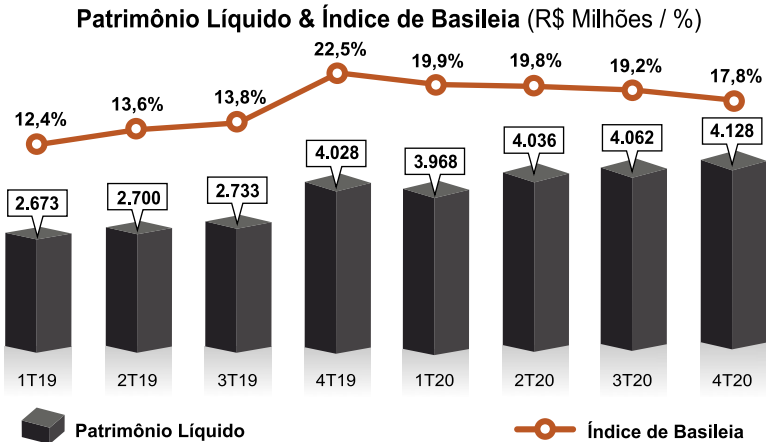
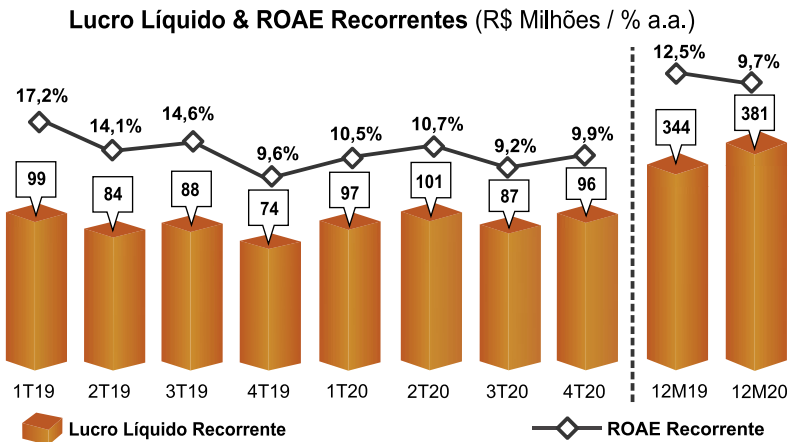
Captação ²

R\$ 19,1 bilhões

Nº de Clientes Ativos ²

5,2 milhões

¹ Resultado acumulado de janeiro a dezembro de 2020
² Posição em 31 de dezembro de 2020



BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019					
ATIVO			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
	2020	2019		2020	2019
Circulante e realizável a longo prazo	26.640.615	18.309.985	Circulante e exigível a longo prazo	24.105.436	14.882.238
Disponibilidades	135.846	263.220	Depósitos e demais instrumentos financeiros	19.629.132	11.350.489
Aplicações interfinanceiras de liquidez	25.001	630.093	Depósitos	13.144.054	10.271.776
Instrumentos Financeiros	22.103.607	13.170.260	Depósitos à vista	175.086	71.644
Aplicações em depósitos interfinanceiros	25.206	46.477	Depósitos a prazo	12.968.968	10.200.132
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	8.792.017	2.261.014	Captações no mercado aberto - carteira própria	2.299.294	-
Operações com características de concessão de crédito	13.509.873	11.006.113	Recursos de aceites e emissão de títulos	3.813.728	726.838
Outros créditos c/ característica de operação de crédito	496.380	448.426	Obrigações por empréstimos e repasses	269.014	221.018
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(719.869)	(591.770)	Instrumentos financeiros derivativos	103.042	130.857
Relações interfinanceiras	159.852	85.808	Relações interfinanceiras	185.441	153.793
Outros créditos	3.996.899	3.993.890	Outras captações	2.029.081	1.292.980
Outros valores e bens	219.410	166.714	Provisões	791.131	733.293
Permanente	1.593.134	600.569	Obrigações fiscais	77.264	68.947
Investimentos	1.247.557	238.641	Outras obrigações	1.393.388	1.282.736
Imobilizado de uso	66.905	109.282	Participação dos acionistas não controladores	86	36
Intangível	278.672	252.646	Patrimônio líquido	4.128.226	4.028.280
Total do Ativo	28.233.749	18.910.554	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	28.233.749	18.910.554

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DE RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019		
	2020	2019
Receitas da intermediação financeira	3.490.963	3.054.831
Despesas da intermediação financeira	(1.216.519)	(1.210.966)
Resultado bruto da intermediação financeira	2.274.444	1.843.865
Outras receitas (despesas) operacionais	(1.822.475)	(1.766.175)
Resultado operacional	451.969	77.690
Resultado não operacional	903	(497)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	452.872	77.193
Imposto de renda e contribuição social	(54.621)	345.107
Participações no lucro	(69.206)	(54.810)
Lucro líquido do exercício	329.045	367.490
Participação dos não controladores nas controladas consolidadas	1	2
Lucro líquido antes da participação dos acionistas não controladores	329.044	367.488
Informações suplementares		
Exclusão dos efeitos não recorrentes - Ágio*	80.982	87.025
Exclusão dos efeitos não recorrentes - Venda de (%) CMG Corretora de Seguros LTDA.*	(29.068)	
Exclusão dos efeitos não recorrentes - Venda de (%) Participação BMG Seguros*		(26.448)
Exclusão dos efeitos não recorrentes - Contribuição Social e Provisões*		(84.231)
Lucro Líquido sem os Efeitos não recorrentes	380.958	343.834
* Ágio na aquisição de investimentos, venda de percentual das participações da CMG Corretora de Seguros LTDA. e BMG Seguros e Contribuição Social e Provisões líquido de efeitos fiscais.		

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

As demonstrações financeiras consolidadas, acompanhadas do relatório da administração, do parecer do conselho fiscal, do resumo do relatório do comitê de auditoria, das notas explicativas detalhadas da administração e do parecer dos auditores independentes, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, estão disponíveis, inclusive na versão em inglês, no site www.bancobmg.com.br/ri.

A Diretoria

Contadora Responsável
DAMIANA ABREU DA SILVA
CRC - 1SP251315/O-1



A Companhia - O Méliuz iniciou suas operações em 2011 com o objetivo de trazer mais valor e inteligência às relações de consumo, aproximando marcas e clientes. Para tal, oferecemos soluções digitais por meio de uma plataforma integrada de *marketplace* e serviços financeiros, que conecta, mais de 14 milhões de contas a mais de 800 parceiros ativos. Contamos com mais de 170 funcionários, sendo que quase metade trabalha diretamente com produto e engenharia, desenvolvendo plataformas com objetivo de conquistar clientes por meio de um produto único e diferenciado. O nosso modelo de negócios é estruturado para entregar uma proposta de valor “ganha-ganha-ganha”, na qual todos os *stakeholders* do nosso ecossistema digital (usuários, parceiros e a nossa Companhia) são beneficiados por meio do seguinte ciclo virtuoso sustentável: *Os* nossos usuários recebem, de forma gratuita, acesso a uma pluralidade de marcas, produtos, serviços, cupons de descontos e *cashback*, todos organizados em um único ecossistema digital dinâmico e *userfriendly*; *Os* parceiros, por sua vez, têm acesso a um importante canal de divulgação das suas marcas, produtos e serviços, o qual, além de atingir uma base de mais de 10 milhões de consumidores qualificados, conta com inteligência de dados e tecnologia voltados para aquisição e retenção de usuários, com a finalidade de gerar mais vendas pelos parceiros e ao mesmo tempo otimizar os seus investimentos de *marketing*; *Os* A nossa Companhia é remunerada pelos parceiros pela divulgação de seus produtos, serviços e marcas, geração de vendas, aquisição e retenção de usuários, podendo esta remuneração ser variável baseada em performance ou fixa por um pacote de divulgação. Atuamos em duas principais frentes de negócio: *marketplace*, incluindo os principais *players* dos mercados de *ecommerce*, turismo e lazer, bens de consumo, serviços diversos; e serviços financeiros, que inclui instituições financeiras, como bancos, *fintechs*, entre outros. Por serem complementares, conseguimos explorar a sinergia operacional existente entre as duas frentes, amplificando o efeito de rede por meio do uso simultâneo da base de usuários e de seus dados - os quais são trabalhados e transformados em inteligência de mercado -, permitindo a realização de *cross-selling* (venda cruzada) de produtos e serviços. Dessa forma, o nosso ecossistema cria um importante efeito de rede, uma vez que a percepção de valor do Méliuz tende a aumentar à medida que mais usuários aderem ao programa, impulsionando assim a entrada de novos parceiros e serviços. Estes, por sua vez, permitem atrairmos mais usuários qualificados para nossa base, estimulando um ciclo virtuoso de crescimento. Com o aumento do número de contas, conseguimos também ampliar nossa base de dados interna, permitindo oferecer soluções cada vez mais apuradas para nossos parceiros. Com uma forte cultura de testes, trabalhamos para a melhoria contínua nos resultados em diversos estágios do funil de aquisição de usuários e em diferentes etapas da operação da nossa Companhia. Acreditamos que a referida cultura, promove a nossa performance operacional e melhoria das taxas de conversões, o que reflete em redução de custos e aumento de receitas. Utilizamos, de forma intensa, *machine learning* aplicadas à extensa base de dados para desenvolver e entregar produtos customizados. Além disso, trazemos em nossa essência a valorização do espírito empreendedor de todo o time, o que faz com que estejamos sempre em busca de novas oportunidades que possam ampliar ou complementar nosso portfólio de produtos e serviços, acelerando o nosso crescimento. Atuamos sob modelo de negócios totalmente *asset-light*, com remuneração variável baseada em performance ou fixa por um pacote de divulgação. Por operarmos como intermediários entre nossos parceiros e usuários, não temos a necessidade de estoques ou ativos imobilizados relacionados à prestação dos serviços disponibilizados em nosso ecossistema, pois não somos responsáveis diretos pela prestação dos serviços ou venda dos produtos. Ficam a cargo da nossa Companhia a (i) operacionalização da nossa plataforma que conta com as ferramentas e inteligência de mercado para divulgação dos produtos e serviços (*marketplace* e financeiros) dos nossos parceiros ao público-alvo e (ii) o repasse de eventual *cashback* às contas, o qual é definido a exclusivo critério da nossa Companhia e calculado a partir do valor prometido e divulgado pelo Méliuz no momento da ativação do benefício de *cashback* pelo usuário. Os valores de *cashback* das compras são acumulados no extrato Méliuz do usuário que, ao completar R\$20 de saldo disponível, pode solicitar o resgate do valor para sua conta corrente ou poupança, sem nenhum custo. **Nossos Valores - Clientes para a Vida Toda** - Somos apaixonados pelos nossos clientes - usuários e parceiros - e, por isso, queremos oferecer produtos e serviços que os façam amar o Méliuz e superem suas expectativas. **Ganha-Ganha-Ganha** - Acreditamos que é possível desenvolver produtos, serviços e parcerias em que todos os envolvidos saiam ganhando. **Equipe Fora da Curva** - Nosso time é formado por pessoas autônticas e que têm senso de urgência. Queremos sempre contratar pessoas melhores do que nós. **Espírito empreendedor** - Nos comportamos como donos em todas as situações e assumimos riscos para fazer coisas grandes. **Grande Família** - Apoiamos a diversidade e buscamos garantir que todas as pessoas se sintam respeitadas e representadas com equidade dentro do Méliuz. **Priorize e simplifique** - Simples é sempre melhor. Entregar rápido e sempre. **Errar rápido**. Não tentar solucionar tudo ao mesmo tempo. Tenha foco! Essas são nossas premissas. **Nada é impossível** - Trabalhamos contra o comodismo e temos convicção de que tudo pode ser mudado, melhorado e conquistado. Somos persistentes e deixamos legados por onde passamos. **Uma Breve Retrospectiva** - Em 2011, o site do Méliuz vai ao ar e a empresa passa a fazer parte do San Pedro Valley - comunidade de startups de Belo Horizonte. Em 2012, o Méliuz foi uma das 100 empresas selecionadas para participar do Startup Chile. Em 2013, com seis funcionários, o Méliuz reabriu o escritório em Belo Horizonte, após a temporada no Chile. Em 2016, a primeira versão do aplicativo do Méliuz foi lançada e inauguramos nosso Centro de Engenharia e Tecnologia, em Manaus. Nesse mesmo ano, a empresa foi eleita Startup do Ano, pela Associação Brasileira de Startups. Em 2017, o aplicativo do Méliuz foi eleito Top 6 apps de compra favoritos pelos brasileiros, de acordo com a Pesquisa Conectat, realizada pelo IBOPE. O ano de 2019 marcou a entrada da empresa no mercado de soluções financeiras. Em parceria com um banco que atua como emissor, lançamos o Cartão Méliuz - um cartão de crédito sem anuidade que oferece até 1,8% de *cashback* em todas as compras. Durante o ano de 2020, tivemos alguns marcos muito importantes na nossa história. Em novembro fizemos nosso IPO, o primeiro de uma start-up na B3. Além disso, também tivemos o lançamento de novos produtos em nosso marketplace, como o Méliuz Nota Fiscal e venda de Gift Cards, como parcerias em serviços financeiros relacionadas a empréstimos pessoais e seguros. **Visão do Futuro** - Em virtude dos diferenciais do nosso modelo de negócios, nosso posicionamento único e nossa base fiel e robusta de usuários, acreditamos ser possível maximizar a lucratividade da companhia, propiciando vantagens sobre os nossos concorrentes. Para isso, planejamos continuar nos adaptando e levando ao mercado soluções inovadoras e funcionalidades aprimoradas para a nossa plataforma. Pretendemos acelerar o lançamento de novas funcionalidades (*features*) que permitam adicionar valor ao nosso *marketplace* por meio da inclusão de novos produtos e serviços, tais como, a título de exemplo, algumas funcionalidades que já se encontram em fase de testes de viabilidade: funcionalidades que permitam a intermediação de entrega de produtos (como por exemplo, “Delivery de Refeições”) e compartilhamento de transporte (aplicativo de carona). Ainda, para maximizar o aproveitamento de oportunidades de venda cruzada, pretendemos alavancar a promoção dos produtos e serviços que já integram o nosso ecossistema digital, por meio

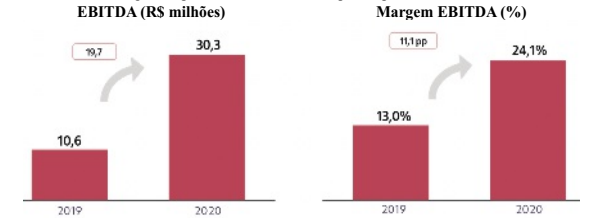
Balanco patrimonial				
31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)				
	Controladora		Consolidado	
	Notas	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	329.428	9.981	331.207
Contas a receber	5	17.890	10.856	17.890
Tributos a recuperar	6	1.126	377	1.127
Outros ativos	7	4.432	756	4.455
Total do ativo circulante		352.876	21.970	354.679
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Valores a receber de partes relacionadas	8.1	63	122	-
Tributos diferidos	15.b	12.537	8.760	12.537
Outros ativos	7	3.282	1.122	3.282
Total do ativo realizável a longo prazo		15.882	10.004	15.819
Investimento	9	2.449	-	-
Imobilizado	10	2.888	2.347	2.888
Arrendamento mercantil - Direito de uso	11	250	2.798	250
Intangível	12	459	693	3.566
Total do ativo não circulante		21.928	15.842	22.523
Total do ativo		374.804	37.812	377.202
	Controladora		Consolidado	
	Notas	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020
Passivo				
Circulante				
Fornecedores		672	300	673
Obrigações trabalhistas e tributárias	13	5.544	4.489	5.587
Imposto de renda e contribuição social a recolher	15	4	906	6
Cashback	14	7.983	4.990	7.983
Arrendamento mercantil a pagar	11	209	1.449	209
Dividendos mínimos a pagar		4.686	-	4.686
Outros passivos		36	102	36
Total do passivo circulante		19.134	12.236	19.180
Não circulante				
Arrendamento mercantil a pagar	11	-	1.275	-
Cashback	14	538	1.407	538
Total do passivo não circulante		538	2.682	538
Patrimônio líquido				
Capital social	16	344.678	10.000	344.678
Reserva de capital		7.049	24.532	7.049
Reserva legal		986	-	986
Reserva de lucros		2.419	-	2.419
Prejuízos acumulados		-	(11.638)	-
Patrimônio líquido atribuído a controladores		355.132	22.894	355.132
Patrimônio líquido atribuído a não controladores		-	-	2.352
Total do patrimônio líquido		355.132	22.894	357.484
Total do passivo e patrimônio líquido		374.804	37.812	377.202
As N.E. são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.				
Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto o lucro básico e diluído por ação)				
	Controladora		Consolidado	
	Notas	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020
Receitas líquidas	18	125.390	81.504	125.390
Despesas operacionais		(59.104)	(39.701)	(59.104)
Despesas com cashback		(18.295)	(18.070)	(18.416)
Despesas com pessoal		(8.101)	(2.469)	(8.116)
Despesas comerciais e de marketing		(5.754)	(4.430)	(5.772)
Despesas gerais e administrativas		(1.478)	(1.469)	(1.480)
Serviços de terceiros		(2.420)	(3.434)	(2.470)
Depreciação e amortização		(1.769)	(1.972)	(1.769)
Outros		219	(1.349)	219
		(96.702)	(72.894)	(96.908)
Resultado bruto		28.688	8.610	28.482
Resultado de equivalência patrimonial		(1.032)	-	-
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		28.585	8.610	28.482
Resultado financeiro		(261)	(300)	(255)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	19	28.324	8.310	28.227
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos		(8.595)	6.724	(8.597)
Lucro líquido do exercício	15	19.729	15.034	19.630
Lucro líquido do exercício atribuível a:				
Não controladores		-	-	(99)
Controladores		-	-	19.729
Lucro básico e diluído por ação (em R\$)	16	0.20	0.16	-
As N.E. são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.				

MÉLIUZ S.A.
CNPJ: 14.110.585/0001-07
RELATÓRIO DA ADMNISTRAÇÃO

da migração de clientes para serviços de maior valor agregado, da intensificação do esforço de identificação de produtos e serviços complementares e otimização do fluxo de procedimentos online para incentivar a venda destes. Considerando também nossa estratégia de crescimento e potencial de diversificação de serviços e soluções ofertadas, avaliamos expandir nossa área de atuação por meio de aquisições e parcerias estratégicas. Monitoramos, constantemente e de forma seletiva, oportunidades no nosso setor que representem potencial de melhoria no engajamento de usuários; adicionem capacidade técnica no desenvolvimento de novas tecnologias; e apresentem potencial de constituir novas verticais, expansão internacional ou consolidação de mercado. **Desempenho Operacional e Financeiro** - Em 31 de março de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou as Demonstrações Contábeis da Companhia relativas ao exercício social de 2020, a qual contém o comparativo do exercício de 2019. a) Receita Operacional Bruta - A receita operacional bruta no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 139,3 milhões (Consolidado), enquanto no ano anterior (2019) foi de R\$ 90,5 milhões (Controladora), representando um aumento de R\$ 48,8 milhões ou 54,0%. Este aumento é atribuído substancialmente ao crescimento dos negócios da Companhia no período, por meio dos investimentos da Companhia para aumentar o alcance da plataforma e aquisição de usuários e, com isso, expandir a base de contas de 9,0 milhões em 31 de dezembro de 2019 para 14,0 milhões em dezembro de 2020, o que representou um crescimento de 55,6% no período.



b) Receita operacional líquida - A receita operacional líquida no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 125,4 milhões (Consolidado), enquanto no exercício anterior (2019) foi de R\$ 81,5 milhões (Controladora), representando um aumento de R\$ 43,9 milhões ou 53,8%. O crescimento da receita líquida acompanha o crescimento da receita operacional bruta, sendo justificada pelos mesmos motivos explicados no respectivo item anterior uma vez que, as deduções de receita são da mesma natureza ao longo do período. c) Despesas operacionais - As despesas operacionais da Companhia somaram R\$ 96,9 milhões em 2020 (Consolidado) ante R\$ 72,9 milhões em 2019 (Controladora), um aumento de R\$ 24 milhões ou 32,9%, principalmente como resultado do aumento da despesa com *cashback*. Porém, o aumento das despesas operacionais foi inferior ao aumento da receita líquida, que foi de 53,8%. Isso demonstra que a Companhia está se beneficiando do ganho de escala, através do qual consegue aumentar sua base de parceiros, contas e usuários ativos, sem necessariamente aumentar suas despesas operacionais na mesma proporção. d) EBITDA e Margem EBITDA - O EBITDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Instrução da CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012 (“Instrução CVM 527”), conciliada com suas demonstrações contábeis e consiste no lucro (prejuízo) líquido ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelas despesas de depreciação e amortização (“EBITDA”). A margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pelas receitas líquidas (“Margem EBITDA”). O EBITDA e a Margem EBITDA não são medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil (BR GAAP) nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (“IASB”), e não devem ser consideradas como indicadores do desempenho operacional, nem como indicadores de liquidez da Companhia. Não obstante o EBITDA possuir um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Instrução da CVM 527, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, adotarem esse significado padrão. Nesse sentido, o EBITDA divulgado pela Companhia, bem como a Margem EBITDA podem não ser comparáveis ao EBITDA e Margem EBITDA apresentados por outras empresas. Em 2020, foram identificados R\$ 19,7 milhões de crescimento no EBITDA comparativamente a 2019 (comparando consolidado com controladora), totalizando um EBITDA positivo de R\$ 30,3 milhões (Consolidado) com 24,1% de margem EBITDA. Esse resultado foi impactado positivamente por um aumento da Receita líquida superior ao aumento das despesas operacionais.



Abaixo a Companhia apresenta a reconciliação do EBITDA e da Margem EBITDA para os exercícios sociais de 2019 e 2020:

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)				
	Capital		Reservas de capital	
	social	Ágio na emissão das ações	Reserva Legal	Reserva Estatutária
Saldo em 31 de dezembro de 2018	10.000	24.532	-	(26.672)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	7.860
Saldo em 31 de dezembro de 2019	10.000	24.532	-	15.034
Aumento de capital	334.678	-	-	(11.638)
Custo com emissão de ações	-	(17.483)	-	22.894
Lucro líquido do exercício	-	-	-	(17.483)
Destinação do lucro líquido do exercício:				
Constituição da reserva legal	-	-	986	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(4.686)
Reserva de lucros	-	-	2.419	(2.419)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	344.678	7.049	986	2.419
Demonstração do resultado Abrangente				
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)				
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Resultado do exercício	19.729	15.034	19.630	15.034
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	19.729	15.034	19.630	15.034
As N.E. são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.				
Demonstração do fluxo de caixa				
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)				
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Atividades operacionais	28.324	8.310	28.227	8.310
Resultado do exercício antes dos tributos sobre o lucro	1.769	1.972	1.769	1.972
Ajustes por Depreciação e Amortização	7	1.107	7	1.107
Lucro/Liquido com alienação de imobilizado	1.066	224	1.066	224
Rendimento e juros líquidos	252	15	252	15
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	103	-	103	-
Equivalência patrimonial	534	-	534	-
Outros	32.055	11.628	31.855	11.628
Lucro líquido ajustado	(7.366)	(6.299)	(7.366)	(6.299)
Variações nos ativos e passivos:				
Contas a receber de clientes	(749)	407	(750)	407
Tributos a recuperar	(1.835)	(632)	(1.858)	(632)
Outros ativos	372	20	373	20
Fornecedores	988	1.084	1.031	1.084
Obrigações trabalhistas e tributárias	2.124	(3.487)	2.124	(3.487)
Cashback	(4.514)	(434)	(4.514)	(434)
IRPJ e CSLL pagos	(102)	(197)	(102)	(197)
Outros passivos	(965)	(128)	(965)	(128)
Pagamento de juros de empréstimos e arrendamentos	20.008	1.962	19.828	1.962
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	(1.024)	(1.565)	(1.024)	(1.565)
Atividades de investimento	39	-	39	-
Adições ao imobilizado	(2.551)	-	(2.551)	-
Recebimento pela venda de imobilizado	(121)	(136)	(776)	(136)
Aquisição de instrumentos patrimoniais	(4.000)	-	(4.000)	-
Adições do intangível	(7.657)	(1.701)	(5.761)	(1.701)
Investimentos temporários	(13.967)	(1.364)	(13.967)	(1.364)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	13.000	-	13.000	-
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	334.678	-	334.678	-
Integração de capital	(26.490)	-	(26.490)	-
Custo bruto com captação de recursos próprios	(125)	(43)	(62)	(43)
Parte relacionada	307.096	(1.407)	307.159	(1.407)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas ativ. de financiam.	319.447	(1.146)	321.226	(1.146)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	9.981	11.127	9.981	11.127
Caixa e equivalentes de caixa	329.428	9.981	331.207	9.981
No início do exercício	319.447	(1.146)	321.226	(1.146)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-
As N.E. são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.				
Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas				
31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				
1. Contexto operacional				
a) A Companhia - Méliuz S.A. (“Companhia” ou “Méliuz”), com sede à Avenida do Contorno, 6.594 - Savassi, Belo Horizonte - MG, foi constituída em 11 de agosto de 2011, tem como objeto social a exploração de portal virtual destinado a veiculação e divulgação de marcas, produtos, serviços e outros materiais de propaganda e publicidade, incluindo a locação de espaço publicitário virtual para inserção de textos, desenhos e outros materiais. Constitui também objeto da Companhia explorar,				

	2020	2019
Receitas Líquidas	125.390	81.504
Despesas Operacionais	(96.908)	(72.894)
Equivalência patrimonial	-	-
Resultado Financeiro	(255)	(300)
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	(8.597)	6.724
Resultado do Exercício	19.630	15.034
(+/-) Depreciação e amortização	1.769	1.972
(+/-) Resultado financeiro	255	300
(+/-) Imposto de Renda e contribuição social correntes e diferidos	8.597	(6.724)
EBITDA	30.251	10.582
MARGEM EBITDA	24,1%	13,0%
e) Lucro (prejuízo) líquido - Em 2020 a Companhia apresentou um Lucro líquido de R\$ 19,6 milhões (Consolidado), o que representou uma melhora de R\$ 4,6 milhões em comparação com 2019 (Controladora). Este resultado é explicado, principalmente, pelo crescimento do resultado operacional da empresa, representado pela diferença de sua receita líquida e suas despesas operacionais, e pela constituição do ativo temporário diferido, que foi baseado em sua quase totalidade pelo imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de exercícios anteriores.		



Nossos Talentos: O Méliuz acredita que todas as relações devem seguir o princípio do Ganha-Ganha e, na construção do nosso time, isso não é diferente. Temos o compromisso de atrair e desenvolver os melhores profissionais e, principalmente, valorizar nossos talentos internos. Afinal, além do Ganha-Ganha-Ganha, trazemos em nossa cultura dois pontos que referem ao time: Equipe fora da curva e Grande família. Para garantir o fortalecimento da nossa cultura, mesmo com a entrada de novas pessoas, a última etapa do nosso processo seletivo é, justamente, uma entrevista de cultura. Não é uma etapa fácil, mas com ela garantimos que as pessoas mais brilhantes vão fazer parte do Méliuz e o Méliuz vai continuar sendo o Méliuz. A tabela abaixo apresenta o número de colaboradores em 31/12/2020, por localização geográfica de nossas atividades, segregadas pelas sociedades do grupo da Companhia

MÉLIUZ S.A. CNPJ: 14.110.585/0001-07
Oferta Primária, “Oferta”, ao preço de R\$10,00 (dez reais) por ação (“Preço por Ação”), perfazendo o montante total de R\$ 629.396 (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares). Até 31 de dezembro de 2020, a Companhia incorreu em R\$27.170 em gastos com a Oferta das ações. Esses gastos estão sendo apresentados na demonstração financeira da seguinte maneira: i) R\$17.483 de custos com emissão de ações, no Patrimônio líquido, líquidos dos efeitos fiscais ii) R\$680 em despesa antecipada, no ativo, conforme o CPC 08, esses valores estão apropriados e mantidos em conta transitória até a conclusão da operação. c) Combinação de negócios – Gana Internet S.A. - Em julho de 2020, a Companhia realizou uma transação de combinação de negócios, onde passou a ser detentora de 51% das ações ordinárias da Gana Internet S.A.. A transação, que resultou na obtenção do controle da investida pela Companhia, conforme disposições contidas no Pronunciamento Contábil IFRS 10/CPC 36 – Demonstrações consolidadas, tem como objetivo a expansão de seus negócios relativos à veiculação de material publicitário para produtos financeiros. Os efeitos da combinação de negócios nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia estão apresentados na nota explicativa nº 3. d) Covid-19 - A Companhia continua acompanhando de perto os possíveis impactos do COVID-19 em seus negócios e mercado de atuação. Do ponto de vista dos clientes de marketplace as categorias de Viagem e Turismo foram fortemente impactadas apresentando reduções nos volumes de comissionamento de mais de 57%. Os impactos nesta categoria foram principalmente mais intensos no primeiro semestre, tendo observado recuperação ao longo do segundo semestre, mas sem ter retomado aos patamares do último trimestre de 2019. Além disso, algumas parcerias com lojas físicas também foram suspensas em decorrência da pandemia e das restrições impostas durante a quarentena. Por outro lado, com os novos hábitos de consumo online impulsionados pela quarentena foi observada a aceleração da migração do consumo offline para o online, contribuindo para o crescimento da base de usuários e incremento dos gastos destes em diversos segmentos do marketplace. Esta conjuntura de forma combinada culminou na Companhia apresentando um crescimento no faturamento líquido de 57,9% no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 em comparação com o exercício anterior. Adicionalmente, observamos o crescimento de novas contas abertas em nossa plataforma, somando 5 milhões de novas contas em 2020, um crescimento de 96% em comparação à 2019 terminando o ano de 2020 com 14 milhões de contas abertas (informação não auditada). Nos diferentes cenários testados, continuamos sem nenhum indicio de dificuldades financeiras para continuar atravessando a situação imposta pela pandemia. Poucos parceiros pediram prolongamento de prazo nos pagamentos até o momento, sendo estes se concentrando em parceiros com operação exclusivamente em lojas físicas, os quais representam menos de 5% do faturamento. Não houve até o momento nenhuma alteração ou incremento anormal na taxa de inadimplência ou atrasos de pagamentos que impactassem de forma material o fluxo de caixa e a posição de caixa da Companhia. É importante reforçar que parte significativa do modelo de negócio do Méliuz se concentra na remuneração por performance para lojas que vendem online. Neste momento, nos tornamos ainda mais importantes para os parceiros atuais e novas lojas que precisem migrar e impulsionar suas vendas nos canais digitais. Neste contexto, as lojas têm procurado o Méliuz para realização de campanhas, o que contempla divulgação em nossos canais, aumento de comissões e cashback para os usuários. Do ponto de vista dos custos, com 100% do time trabalhando no modelo de teletrabalho, foi possível a redução de algumas linhas de custo como: aluguel, transporte e viagens que deixaram de ser realizadas. Nos clientes de serviços financeiros, onde se encontra o produto Cartão de Crédito Méliuz, temos mantido crescente o volume de emissão de cartões, sendo a aprovação e risco de crédito da operação de responsabilidade do banco parceiro na emissão do cartão (Banco PAN).
2. Políticas contábeis 2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis - As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), que estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”). Em 2019 a Companhia ainda não possuía investimentos em controladas, e por isso não há comparabilidade das demonstrações consolidadas entre 2020 e 2019. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, e com base na premissa de continuidade operacional das operações da Companhia. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração em sua gestão das atividades da Companhia, conforme Orientação Técnica OCP07. A administração avaliou a capacidade da Companhia de continuar operando normalmente e está convencida de que elas possuem recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. A moeda funcional da Companhia é o real, todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. 2.2. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020 - A companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2020 ou após essa data. A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. Alterações no CPC 15 (R1): Definição de negócios - As alterações do CPC 15 (R1) esclarecem que, para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um input - entrada de recursos e um processo substantivo que, juntos, contribuem significativamente para a capacidade de gerar output - saída de recursos. Além disso, esclareceu que um negócio pode existir sem incluir todos os inputs - entradas de recursos e processos necessários para criar outputs - saída de recursos. A Companhia aplicou o Pronunciamento quando cabível. Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência. - As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e CPC 48 fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de hedge ou do instrumento de hedge. Essas alterações não têm impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, uma vez que este não possui relações de hedge de taxas de juros. Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material - As alterações fornecem uma nova definição de material que afirma, “a informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral tomam com base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade”. As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações financeiras. Uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nem se espera que haja algum impacto futuro para a Companhia. Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro - A pronunciação revisado alguns novos conceitos, fornece definições atualizadas e critérios de reconhecimento para ativos e passivos e esclarece alguns conceitos importantes. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento. As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. Em junho de 2020 o contrato de um dos ativos, o imóvel da sede da matriz em Belo Horizonte/MG, foi cancelado pela colocação de todo o time no regime de teletrabalho, fazendo com que todos os seus efeitos, incluindo as baixas dos ativos e passivos relativos a este contrato, fossem refletidos a partir de junho de 2020. Outro contrato, do imóvel da filial de Manaus/AM, sofreu um impacto em seus ativos e passivos, pelo não reajuste que estava previsto para junho de 2020, o que também refletiu a partir do referido mês. Os ajustes em ambos os contratos são devidos à crise sanitária causada pela COVID-19, e estão demonstrados na Nota Explicativa nº 11. 2.4. Normas emitidas, mas ainda não vigentes - As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. IFRS 17 – Contratos de seguro - Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituirá a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discriminatória. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por: • Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável). • Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica ao Grupo. Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante - Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que significa um direito de postergar a liquidação; • Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; • Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação. 2.5. Principais práticas contábeis - a) Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou para outras finalidades. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata, sendo resgatável com a própria entidade emissora, em um montante conhecido de caixa, estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, normalmente, um investimento se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, resgatáveis em até 90 (noventa) dias, a contar da data da contratação. b) Instrumentos financeiros - A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: Custo amortizado, Valor justo por meio do resultado, e, Valor justo por meio dos outros resultados abrangentes. A classificação depende da finalidade para a qual os instrumentos financeiros foram adquiridos. Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias, (i) ativos financeiros ao custo amortizado; (ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados; (iii) Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento; ou (iv) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado - São classificados como custo amortizado, os instrumentos mantidos para receber os fluxos de caixa contratuais nas datas específicas, de acordo com o modelo de negócios da Companhia. Encontram-se nesta categoria caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e valores a receber de partes relacionadas, empréstimos, valores a pagar a partes relacionadas, fornecedores, operações com arrendamento mercantil e cashback. *Valor justo por meio do resultado* - Os instrumentos financeiros classificados como valor justo por meio do resultado são os que não possuem definição específica quanto à manutenção para receber os fluxos de caixa contratuais nas datas específicas ou para realizar a vendas desses ativos no modelo de negócios da Companhia. *Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes* - Os ativos financeiros classificados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes são todos os outros ativos não classificados nas categorias acima. Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. *Mensuração subsequente* - A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação. No caso de fornecedores, empréstimos e contas a pagar com partes relacionadas e arrendamento mercantil a pagar, classificados pela Companhia como passivos financeiros ao custo amortizado, após reconhecimento inicial, inclusive os sujeitos a juros, são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. c) **Imobilizado** - O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada. A depreciação é calculada sobre o saldo dos imobilizados em operação pelo método linear, mediante aplicação das taxas que refletem a vida útil estimada dos bens. As principais taxas estão demonstradas na Nota Explicativa nº 10 das demonstrações contábeis. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. d) **Intangível** - São representados pelos montantes pagos na aquisição do intangível, mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Os gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. O ativo intangível gerado internamente resultante de gastos com desenvolvimento é reconhecido se, e somente se, demonstrado todas as condições previstas no CPC 04 (IAS 38) sobre ativo intangível. O montante inicialmente reconhecido de ativos intangíveis gerados internamente corresponde à soma dos gastos incorridos desde quando o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento mencionados anteriormente. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado do exercício quando incorridos. A amortização é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil, seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de amortização são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é reconhecido prospectivamente. e) **Redução ao valor recuperável** - A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. A administração verificou os indicadores para identificar a necessidade de aplicação do teste de *impairment* que e o reconhecimento contábil da redução do valor recuperável de um ativo fixo, tais como: diminuição significativa do preço de mercado, mudança significativa relativa ao ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal, alterações nas taxas de mercado com reflexo na taxa de desconto utilizada para definição do valor justo, baixa rentabilidade, evidência de obsolescência, planos para descontinuar ou reestruturar unidade operacional, gastos com manutenção acima do esperado, dentre outros. Não foram identificados indícios de perda do valor recuperável de seus ativos imobilizados e intangível. f) **Investimentos** - Nas demonstrações contábeis individuais, as informações financeiras das investidas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial, com base nas demonstrações contábeis levantadas pelas respectivas investidas nas mesmas datas-bases e critérios contábeis dos balanços da Companhia. Em 2020, a Méliuz S.a. adquiriu 51% da Companhia Gana S.A. (Nota 3). Dessa forma, a companhia reconheceu a perda por equivalência patrimonial no valor de R\$103. g) **Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas** - A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Nos casos em que a provisão possui um depósito judicial correspondente e a Companhia tem a intenção de liquidar o passivo e realizar o ativo simultaneamente, os valores são compensados. h) **Provisão para cashback** - É reconhecida de acordo com o método de mensuração que a Companhia elaborou através de estatística descritiva sobre o perfil de resgate médio do usuário, considerando dados históricos, e a evolução da participação da Companhia em diferentes frentes de negócio. O modelo considera todo o histórico de cashback confirmado para os usuários agrupando-os em cohorts mensais e avaliando-se o percentual resgatado nos meses subsequentes. Dessa forma, a companhia entende que a melhor mensuração foi atendida, e o valor compreende os valores a pagar de acordo os Termos e Condições de uso do programa. i) **Outros ativos e passivos** - Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. j) **Imposto de renda e contribuição social - Corrente** - Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. A provisão para o imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$60, trimestralmente, para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável apurado em cada exercício, não havendo prazo de prescrição para sua compensação. O imposto de renda e a contribuição social relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são também reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização até o encerramento do exercício, quando então o imposto é devidamente apurado e compensado com as antecipações realizadas. *Diferido* - Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis na extensão que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas. Esses tributos são mensurados à alíquota que é esperada ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base na legislação tributária vigente na data do balanço. Ativos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. Os tributos correntes e diferidos relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes são reconhecidos no patrimônio líquido. Em conformidade ao ICPC 22/IFRIC 23, a Companhia avalia periodicamente a posição fiscal das situações nas quais a regulação fiscal requer interpretação e estabelece provisões e/ou divulgações quando apropriado. k) **Reconhecimento da receita de serviços** - De forma geral, para os negócios da Companhia de Marketplace, as receitas são reconhecidas quando uma obrigação de performance for satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos serviços transferidos, o qual deve ser alocado a essa obrigação de desempenho. A Companhia reconhece a receita somente quando é provável que receberá a contraprestação em troca dos serviços transferidos, considerando a capacidade e a intenção do cliente de cumprir a obrigação de pagamento. Os contratos com clientes são por tempo indeterminado, em sua maioria não possuem multa rescisória, entretanto contêm aviso prévio em média de trinta dias para rescisão. A receita é oriunda de veiculações de espaços publicitários do portal e remuneração, entendida por comissões, que são mensuradas através de cliques em links dos parceiros constantes no site da companhia na internet e em seu aplicativo para smartphones, convertidos em vendas pelos parceiros. As comissões acordadas, em sua quase totalidade, têm caráter variável de acordos com campanhas. A Companhia entende que a obrigação de performance é satisfeita no momento que o cliente confirmar que os serviços prestados são convertidos em vendas. Após a quantificação criteriosa do passivo da Companhia, relativo ao trabalho de retificação e das limitações acordadas a respeito da possibilidade de os clientes solicitarem trabalhos adicionais, a Companhia identificou seus contratos e os respectivos serviços transferidos, separou suas obrigações a cumprir, determinou e alocou os preços das transações, reconhecendo a receita apenas quando todos os critérios acima são atendidos. A receita líquida da companhia é apurada pelo total de comissionamento e espaço de veiculação de materiais publicitários recebidos, diminuído dos impostos sobre vendas de serviços ISSQN, PIS e COFINS. l) **Tributos sobre vendas** - As despesas e ativos não circulantes adquiridos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre venda quando estes forem recuperáveis junto às autoridades fiscais. m) **Patrimônio líquido** - O capital social está representado por ações ordinárias. Os gastos incrementalmente diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários. n) **Lucro (prejuízo) por ação** - O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado dividindo-se o lucro (prejuízo) atribuível aos detentores de ações ordinárias da Companhia (o numerador) pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas (o denominador) durante o exercício. O lucro (prejuízo) por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias. Os instrumentos de patrimônio que devam ou possam ser liquidados com ações da Companhia somente são incluídos no cálculo quando sua liquidação tiver impacto dilutivo sobre o lucro por ação. o) **Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)** - A demonstração do valor adicionado (DVA) não é requerida pelas IFRS, sendo apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária brasileira. Sua finalidade é evidenciar a riqueza criada pela Companhia durante o exercício, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes. p) **Segmento operacional** - A Companhia possui um único segmento operacional, que é utilizado pelo presidente e administração para fins de análise e tomada de decisão. **2.6. Julgamentos e estimativas** - Na aplicação das práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 2.5, a administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período ou períodos posteriores, caso a revisão afete tanto o período presente como períodos futuros. As estimativas contábeis mais significativas são as seguintes: • Nota 5 - Ajuste para perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa; • Nota 10 - Imobilizado e vidas úteis de ativos; • Nota 11 - Operações de arrendamento mercantil; • Nota 12 - Intangíveis e vidas úteis de ativos; • Nota 14 - Provisão para cashback; • Nota 15b - Imposto de renda e contribuição social diferidos; • Nota 18 - Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas; • Nota 21 - Mensuração de instrumentos financeiros e mensuração pelo valor justo.

3. Combinação de negócios
Gana Internet S.A (“Gana”) - Em julho de 2020, a Companhia realizou uma combinação de negócios e passou a ser detentora de 51% das ações ordinárias da empresa Gana Internet S.A., se tornando controladora desta investida, cuja a composição acionária em 31 de dezembro de 2020 é como segue:

cionistas

MELIUZ S.A. (Controladora)

MOBILIS LABS SOLUCOES EM TECNOLOGIA LTDA.

TOTAL

Qt. de Ações ON

2.551.824

2.451.752

5.003.576

Participação

51,00%

49,00%

100%

A Companhia realizou sua integralização de capital através do aporte de ativos, que são concizentes com seus valores justos na data da transação, da seguinte forma: a. R\$ 2.000 em moeda corrente nacional através de transferência bancária; b. R\$ 370 em ativos intangíveis adquiridos de terceiros. c. R\$ 181, pela transferência do Ativo Intangível “Plataforma Gana”, formado internamente no desenvolvimento de plataforma de internet. Desde a data de aquisição até o presente momento, a Gana Internet S.A. apurou um prejuízo de R\$ 202. A Gana Internet S.A. tem como objeto social a exploração de portal virtual destinado a veiculação e inserção de textos e conteúdos relacionados a finanças, atualizados periodicamente, além da divulgação de marcas, produtos, serviços e outros materiais de propaganda e publicidade, incluindo a locação de espaço publicitário virtual. Constitui também objeto da Companhia explorar, em caráter secundário, atividades de intermediação de negócios, inclusive financeiros, como intermediação na obtenção de empréstimos. Conforme o CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto as demonstrações da Gana Internet S.A foram consolidadas e apresentadas pela Companhia a partir de 22 de agosto de 2020.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora	Consolidado	
31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	
Caixa e bancos	3.077	144	3.078
Aplicações financeiras	326.351	9.837	328.129
Total	329.428	9.981	331.207

A Companhia possui equivalentes de caixa referentes a aplicações financeiras de renda fixa indexadas à variação de 90% a 110% dos Certificados de Depósitos Interbancários (“CDI’s”), podendo ser resgatadas a qualquer momento com o próprio emissor do instrumento sem perda da remuneração contratada. A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e a análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa nº 21. A variação em aplicações financeiras tem reflexo dos valores captados no processo de IPO.

5. Contas a receber de clientes
a) Composição do contas a receber

	Controladora	Consolidado	
31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	
Contas a receber	18.143	10.888	18.143
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(253)	(32)	(253)
Total	17.890	10.856	17.890

b) Composição dos saldos de clientes por vencimento

	Controladora	Consolidado	
31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	
Valores a vencer	17.847	7.098	17.847
Valores vencidos			
De 01 a 60 dias	45	3.401	45
De 61 a 90 dias	-	39	-
De 91 a 120 dias	-	36	-
De 121 a 180 dias	-	132	-
Acima de 180 dias	251	182	251
Total	18.143	10.888	18.143

c) Movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018	17	17
Constituições, liquidas	15	15
Saldo em 31 de dezembro de 2019	32	32
Saldo em 31 de dezembro de 2019	32	32
Constituições, liquidas	252	252
Baixas, liquidas	(31)	(31)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	253	253

6. Tributos a recuperar

	Controladora	Consolidado	
31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	
Imposto de renda retido na fonte e saldos credores de imposto de renda (a)	991	294	991
Imposto de renda e contribuição social a compensar (b)	114	55	114
Outros tributos a recuperar	21	28	22
Total	1.126	377	1.127

(a) Compreende valores de IRRF a recuperar sobre faturamento e aplicações financeiras incorridos no exercício social e exercícios anteriores. (b) Referem-se a valores pagos a maior de imposto de renda e contribuição social. A Companhia é sujeita ao lucro real, optante pelo regime de apuração trimestral, o saldo de imposto de renda e contribuição social a recuperar pode ser compensado com qualquer tributo administrado pela secretaria da Receita Federal.

7. Outros ativos

	Controladora	Consolidado	
31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	
Titulos de Capitalização (a)	4.000	-	4.000
Despesas antecipadas (b)	958	-	958
Ativo processual (c)	1.122	1.122	1.122
Outros (d)	1.634	756	1.657
	7.714	1.878	7.737
Circulante	4.432	756	4.455
Não circulante	3.282	1.122	3.282

(a) Em 30 de junho de 2020 a Empresa investiu R\$4.000 em títulos de capitalização que permanecerão até o fim de seu vencimento de 12 meses. Estes títulos eram garantia de um empréstimo tomado junto ao Banco Santander (Brasil) S.A. no valor de R\$8.000. O empréstimo foi liquidado em novembro de 2020, porém a garantia permanece depositada, com a possibilidade de resgate de 48,44% em julho de 2021, e depois aproximadamente 4,70% a.m. até junho de 2022. (b) Despesas antecipadas como licenças de softwares e outros pagamentos contratuais antecipados. (c) A Companhia possui créditos a receber relativos à restituição de valores pagos de contratos não cumpridos. A Companhia possui probabilidade alta de recebimento, com vitórias na esfera judicial. (d) Adiantamentos a fornecedores, e caução contratual, e depósitos recursais em processos judiciais.

8. Transações com partes relacionadas
8.1. Transações - As operações entre as partes relacionadas, R\$63 em 31 de dezembro de 2020, referem-se a pagamentos de fornecedores e custo de pessoal dos meses de julho e parte de agosto de 2020 da empresa Gana Internet S.A.. As operações foram estabelecidas com base em condições definidas entre as partes, em um contrato de conta corrente, que foi quitado em fevereiro de 2021. Em 31 de dezembro de 2019 o saldo era de R\$ 122 junto a Cash3 LLC, ex-controladora e holding da Méliuz S.A. Este valor foi baixado pela Companhia em julho de 2020, devido ao encerramento da empresa Cash3 LLC. **8.2. Remuneração do pessoal chave da administração** - O pessoal-chave da administração inclui os sócios fundadores e diretores estatutários, cuja remuneração paga no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 1.616 (R\$1.523 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019). A remuneração do pessoal chave da administração é paga integralmente pela Méliuz S.A.

9. Investimentos
Em julho de 2020, a Companhia se tornou sócia majoritária da empresa Gana Internet S.A., se tornando controladora desta. (a) Porcentagem e participação na data da aquisição

	Investida	Controle	Participação	Controladora
	Gana Internet S.A.	Controlada	51%	2.552
				2.552

(b) Equivalência Patrimonial em 31 de dezembro de 2020;

	Equivalência Patrimonial		
1º de janeiro de 2020	Constituição de entidade estruturada	Resultado do exercício	2020
Gana Internet S.A.	2.552	(103)	2.449

(c) Composição do Balanço Patrimonial e Resultado da investida em 31 de dezembro de 2020:

Total do Ativo	4.911
Total do Passivo	109
Total do Patrimônio Líquido	4.802
Resultado do Exercício	31/12/2020
Despesas Operacionais	(206)
Resultado financeiro	6
Resultado antes dos impostos	(200)
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	(2)
Lucro ou (prejuízo) do exercício	(202)

10. Imobilizado
a) Os detalhes do ativo imobilizado da Companhia estão demonstrados nas tabelas a seguir:

	Controladora	
	Taxas de depreciação a.a.	31/12/2020
Computadores e periféricos	20%	1.983
Móveis e utensílios	10%	383
Equipamentos eletrônicos	20%	461
Benefiteiros em imóveis de terceiros	4%	980
Instalações	10%	148
Total do custo		3.955
Computadores e periféricos	20%	(679)
Móveis e utensílios	10%	(111)
Equipamentos eletrônicos	20%	(190)
Benefiteiros em imóveis de terceiros	4%	(56)
Instalações	10%	(31)
Depreciação acumulada		(1.067)
Total do imobilizado líquido		2.888

b) Movimentações do ativo imobilizado da companhia

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2019	Adições Depreciação Baixa
Computadores e periféricos	671	896 (256) (7)
Móveis e utensílios	333	9 (40) (31)
Equipamentos eletrônicos	339	28 (91) (5)
Benefiteiros em imóveis de terceiros	876	87 (39) -
Instalações	128	4 (14) -
	2.347	1.024 (440) (43)
	31/12/2018	Adições Depreciação Baixa
Computadores e periféricos	538	355 (202) (20)
Móveis e utensílios	538	100 (41) (264)
Equipamentos eletrônicos	93	328 (70) (12)
Benefiteiros em imóveis de terceiros	931	757 (21) (791)
Instalações	136	25 (13) (20)
	2.236	1.565 (347) (1.107)

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos imobilizados.

11. Operações de arrendamento mercantil
A Companhia avaliou os seus contratos e reconheceu um direito de uso e um passivo de arrendamentos para os seguintes contratos que contém arrendamento: • Arrendamento dos edifícios utilizados como sede administrativa e centro de engenharia e desenvolvimento.

Pág 02 de 04

MÉLIUZ S.A. CNPJ: 14.110.585/0001-07			
A Companhia optou por utilizar as isenções previstas na norma para arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos) sem a opção de compra e para itens de baixo valor. Assim, esses arrendamentos são reconhecidos como uma despesa no resultado, em outras despesas operacionais, pelo método linear, ao longo do prazo do arrendamento, e seus efeitos no resultado do exercício foram imateriais. As taxas de desconto foram obtidas com referência por meio de cotações de financiamentos, de bens com características similares, pela Companhia junto a instituições financeiras. Ativo - a) Direito de uso - O ativo de direito de uso foi mensurado pelo custo, composto pelo valor da mensuração inicial do passivo de arrendamentos e depreciado em bases lineares até o término do prazo do arrendamento que é 36 meses. Em junho de 2020 o contrato de um dos ativos, o imóvel da sede da matriz, foi cancelado pela colocação de todo o time no regime de teletrabalho, devido à crise sanitária causada pela COVID-19, e no outro contrato, imóvel da filial, foi realizado um aditivo para o não reajuste do contrato.			
		Controladora e consolidado	
		31/12/2020	
Arrendamento mercantil - direito de uso		4.088	
Depreciação de arrendamento mercantil		(2.264)	
Baixa por cancelamento de contrato da matriz		(1.567)	
Baixa por acordo de não reajuste do contrato		(7)	
Total		250	
<i>b) Movimentação do arrendamento mercantil - direito de uso</i>			
		Controladora e consolidado	
		Imóveis	
Saldo em 31 de dezembro de 2018		-	
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019		4.088	
Adições		-	
Depreciação de arrendamento mercantil		(1.290)	
Saldo em 31 de dezembro de 2019		2.798	
Depreciação de arrendamento mercantil		(974)	
Baixa por cancelamento de contrato da matriz		(1.567)	
Baixa por acordo de não reajuste do contrato		(7)	
Saldo em 31 de dezembro de 2020		250	
Passivo <i>a) Arrendamento mercantil a pagar</i> - O passivo de arrendamentos reconhecido foi mensurado pelo valor presente dos pagamentos mínimos exigidos nos contratos, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. A taxa de empréstimo incremental da Companhia aplicada ao passivo de arrendamento reconhecido no balanço patrimonial na data da aplicação inicial variou entre 19,99% a.a. a 20,41% a.a., conforme o prazo de arrendamento. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira e apropriados com base na taxa real de desconto, de acordo com o prazo remanescente dos contratos.			
		Controladora e consolidado	
		Imóveis	
Saldo em 31 de dezembro de 2018		-	
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019		4.088	
Encargos financeiros		128	
Pagamentos de principal efetuados		(1.364)	
Pagamentos de encargos financeiros efetuados		(128)	
Saldo em 31 de dezembro de 2019		2.724	
Encargos financeiros		(967)	
Pagamentos de principal efetuados		(271)	
Pagamentos de encargos financeiros efetuados		(1.531)	
Baixa por cancelamento de contrato da matriz		(17)	
Baixa por acordo de não reajuste do contrato		(209)	
<i>b) Pagamentos futuros mínimos e direito potencial do PIS e da COFINS</i>			
Os pagamentos futuros mínimos a título de arrendamento, nos termos dos arrendamentos mercantis, juntamente com o valor justo dos pagamentos mínimos de arrendamento, são os seguintes:			
		Direito potencial de PIS/COFINS	
Com vencimento		Pagamentos	
2021		319	(30)
Total dos pagamentos mínimos		319	(30)
Desconto ao valor presente dos pagamentos mínimos		(110)	10
Valor presente dos pagamentos mínimos		209	(20)
O direito potencial de PIS/COFINS refere-se ao montante que a Companhia terá direito a se recuperar caso os pagamentos futuros previstos de arrendamentos se concretizem. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, as despesas relativas a arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor totalizaram R\$24, e se referem a aluguéis de bens de pequeno valor, como impressoras. Devido à baixa relevância, não estão sendo apresentados o compromisso futuro dos pagamentos mínimos dos arrendamentos em valores de baixo valor e contratos de curto prazo e a análise da sensibilidade das despesas variáveis dos arrendamentos e os fatores que afetam a variação. A Companhia não fornece imóveis em garantia para nenhuma de suas operações. A Companhia, em conformidade com o IFRS 16/CPC 06 (R2), na mensuração e remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo IFRS 16/CPC 06 (R2). Essa vedação pode gerar distorções relevantes na informação a ser prestada, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro. A Companhia avaliou esses efeitos, concluindo que são imateriais para suas demonstrações financeiras.			
12. Intangível			
<i>a) Os detalhes do ativo intangível da Companhia estão demonstrados nas tabelas a seguir:</i>			
		Controladora	
		Taxas de amortização a.a.	31/12/2020
Plataforma de desenvolvimento		20%	1.282
Software em desenvolvimento		20%	479
Licenças de uso		100%	121
Total do custo		1.882	1.761
Plataforma de desenvolvimento		20%	(1.219)
Software em desenvolvimento		20%	(181)
Licenças de uso		100%	(23)
Amortização acumulada		-	(1.423)
Total do intangível líquido		459	693
		Consolidado	
		Taxas de amortização a.a.	31/12/2020
Plataforma de desenvolvimento		20%	1.282
Software em desenvolvimento		20%	479
Licenças de uso		100%	121
Plataforma Gana		-	3.107
Total do custo		4.989	4.989
Plataforma de desenvolvimento		20%	(1.219)
Software em desenvolvimento		20%	(181)
Licenças de uso		100%	(23)
Amortização acumulada		-	(1.423)
Total do intangível líquido		3.566	3.566
<i>b) Movimentações do ativo intangível da companhia no semestre</i>			
		Controladora	
		31/12/2019	Adições
Plataforma de desenvolvimento		300	-
Software adquirido		393	-
Plataforma Gana - em desenvolvimento (a)		-	181
Licenças de uso		-	121
693		302	(355)
31/12/2018		Adições	Amortização
Plataforma de desenvolvimento		548	-
Software adquirido		344	136
		892	136
Consolidado		31/12/2019	Adições
Plataforma de desenvolvimento		300	-
Software adquirido		393	-
Plataforma Gana (a)		-	2.926
Licenças de uso		-	121
693		3.047	(355)
31/12/2018		Adições	Amortização
Plataforma de desenvolvimento		548	-
Software adquirido		344	136
		892	136
Consolidado		31/12/2019	Adições
Plataforma de desenvolvimento		300	-
Software adquirido		393	-
Plataforma Gana (a)		-	2.926
Licenças de uso		-	121
693		3.047	(355)
<i>a) A Plataforma Gana é um site informativo a respeito de produtos financeiros que o Meliuz S.A. começou a constituir em março de 2020, e será um produto voltado à veiculação de materiais publicitários. Em 28 de julho de 2020 o intangível foi transferido para a controlada Gana Internet S.A. por meio de integralização do capital. Do total de adições em intangível R\$370 foi a aquisição de ativos intangíveis de terceiros aportados pela Meliuz, em Gana e R\$2.452 se trata do intangível da Mobills aportado em Gana. Para maiores detalhes, vide Nota Explicativa nº 3. Os ativos intangíveis, são amortizáveis pelo método linear considerando o padrão de consumo destes direitos. A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida.</i>			
13. Obrigações trabalhistas e tributárias			
		Controladora	Consolidado
		31/12/2020	31/12/2019
Obrigações trabalhistas		1.574	477
Salários		1.109	869
Provisões trabalhistas (a)		863	835
Obrigações e encargos		260	23
Outras obrigações trabalhistas (b)		3.806	2.204
Total das obrigações trabalhistas		5.544	4.489
Obrigações tributárias		586	1.625
PIS/COFINS		757	420
Impostos retidos		372	215
ISSQN		23	25
Outros impostos		1.738	2.285
Total das obrigações tributárias		5.544	4.489
Total obrigações trabalhistas e tributárias		5.544	4.489
<i>a) Valor composto por provisões de férias. (b) Valor composto por rescisões trabalhistas, contribuições sindicais e empréstimos consignados a funcionários.</i>			
14. Provisão para Cashback			
Cashback representa o montante que a companhia entende que irá ser pago em algum momento aos clientes que efetivaram e tiveram suas compras concluídas nos serviços oferecidos da Meliuz, de acordo com os termos e condições do programa de cashback. O modelo de mensuração deste valor considera o que será pago aos usuários de acordo com estatísticas descritivas e dados históricos. A alta correlação dos dados é demonstrada por um modelo de regressão, sendo este utilizado para predir os custos futuros com cashback resgatado a partir do momento em que ele é confirmado para um usuário. Desta forma, provisiona-se o valor de cashback baseado na melhor probabilidade calculada deste ser resgatado no futuro ao longo da vida do usuário no Meliuz. Do valor provisionado, o montante solicitado de resgate por parte dos usuários, depois de cumpridos os termos e condições do programa de cashback, é quitado através de transferência bancária. A Companhia revê semestralmente o modelo estatístico para ajustar o comportamento histórico de resgates de cashback por parte dos usuários.			
15. Imposto de renda e contribuição social			
<i>a) Imposto de renda e contribuição social</i> - Os saldos de imposto de renda e contribuição social			

registrados no passivo circulante referem-se aos tributos devidos pela Companhia sujeita ao lucro real, optante pelo regime trimestral.

	Controladora	Consolidado
	31/12/2020	31/12/2019
Imposto de renda	-	581
Contribuição social	4	325
Total	4	906

b) **Impostos Diferidos** - A Companhia possui créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, constituídos sobre saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, conforme segue:

	Controladora e consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Diferenças temporárias de IRPJ/CSLL		
Ativos fiscais diferidos		
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	10.602	8.121
Ajuste a valor presente de arrendamentos mercantis	74	44
Depreciações de arrendamentos mercantis	342	439
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	85	-
Contingência processual	12	-
Diferença temporária relativa ao cashback	1.547	662
Outras provisões	305	-
Passivos fiscais diferidos		
Contraprestações de arrendamentos mercantis	(430)	(506)
Total do ativo líquido apresentado no balanço patrimonial	12.537	8.760
Saldo em 31 de dezembro de 2019		8.760
Efeitos alocados no resultado		3.777
Saldo em 31 de dezembro de 2020		12.537

A Companhia espera a manutenção do ritmo do crescimento da receita na linha de negócio em que já atua, além da exploração de novos produtos e serviços. Isso atrelado à escalabilidade do negócio, sendo possível este crescimento de receita sem a necessidade de crescer na mesma proporção os principais gastos da companhia em despesas com pessoal, custos de aquisição e softwares, é possível a manutenção da geração de lucro tributável assim como observado no exercício social de 2019 e em 2020. Conforme as estimativas da Companhia, a realização do ativo fiscal diferido, mediante a projeção de geração de lucro tributável futuro, elaborada pela administração da Companhia, em 31 de dezembro de 2020, é conforme tabela abaixo:

	31/12/2020	31/12/2020 – Valor presente
2021	2.875	2.789
2022	3.166	2.941
2023	6.496	5.694
	12.537	11.424

Para efeitos da mencionada projeção foram mantidas as premissas descritas nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2019.

c) **Conciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social**

	Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019
Resultado antes do IRPJ e CSLL	28.324	8.310
Alíquota nominal	34,0%	34,0%
Crédito (despesa) IRPJ e CSLL pela alíquota nominal	(9.630)	(2.825)

Ajustes na base de cálculo para determinação da alíquota efetiva

Valor líquido de adições e exclusões permanentes	(293)	(191)
Incentivos fiscais	1.328	1.166
Prejuízo fiscal	-	8.574

Imposto de renda e contribuição social corrente (3.365) (2.036)

Imposto de renda e contribuição social diferido (a) (5.230) 8.760

Alíquota efetiva de IRPJ e CSLL 30,35% (80,9%)

i) Ressalta-se que a alíquota efetiva, em consonância com o CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, demonstra os efeitos fiscais alocados diretamente no resultado, não considerando os efeitos fiscais no montante de R\$9.007 sobre valores contabilizados diretamente no Patrimônio Líquido, relativos às despesas com a oferta pública de ações.

16. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 1º de setembro de 2020 e 4 de outubro de 2020, a Companhia aprovou em Assembleia Geral Extraordinária, o desdobramento de ações, na proporção de 1:1,35361664898736 e em 05 de outubro, conforme divulgado na nota explicativa 23, aprovou o desdobramento de ações, na proporção 1:1,3, respectivamente, sem qualquer alteração do capital da companhia. Assim, a quantidade de ações passou de 5.283.012 para 7.151.173, e subsequentemente para 92.965.249, todas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. Em 1º de setembro de 2020, em Assembleia Geral Extraordinária, foi estipulada em até R\$2.000.000 o capital social autorizado da Companhia. Em 04 de novembro de 2020, a oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de emissão da Companhia (“Ações”), compreendendo a distribuição primária de 33.467.751 novas Ações (incluindo as Ações Suplementares). Diante disso, em 03 de novembro de 2020 a Companhia passou a ter 121.838.600 ações e em 04 de dezembro de 2020 126.433.000 ações, ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal. O capital total autorizado e integralizado da Companhia é de R\$344.678. Os principais acionistas da Companhia em 31 de dezembro de 2020 são o Offi Campos Guimarães (18,5% das ações), Israel Fernandes Salmen (18,5% das ações), Lucas Marques Peloso Figueiredo (3% das ações). Os acionistas remanescentes somam 60% das ações.

b) Reserva de capital

A reserva de capital da Companhia em 31 de dezembro de 2020 é de R\$7.049 sendo: i) R\$24.532 destinados à aplicação em investimentos futuros. Esta reserva de capital é proveniente de ágio na emissão de ações.

ii) Custo de transação da emissão primária de ações da companhia de R\$26.490, ocorridos na oferta pública de 04 de novembro de 2020, líquido dos tributos no montante de R\$9.007.

c) Lucro por ação

O lucro por ação e a quantidade de ações ordinárias em circulação, utilizadas no cálculo do resultado básico e diluído por ação são conforme segue:

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido do exercício	97.958.627	92.965.249
Resultado básico e diluído por ação ordinária (em R\$) ¹	19.729	15.034
	0,20	0,16

¹ As quantidades de ações e valores do lucro por ação calculados tanto para o período corrente quanto para o período comparativo já consideram os desdobramentos de ações ocorridos em 1º de setembro e 5 de outubro de 2020. O número de ações para o exercício foi calculado através da média ponderada de ações ordinárias mantidas em poder dos acionistas, conforme CPC 41 – Resultado por Ação. A Companhia não possui instrumentos dilutivos, motivo pelo qual o resultado diluído por ação ordinária é igual ao resultado básico.

17. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Meliuz S.A. está se defendendo de demandas judiciais de caráter trabalhista, cível e tributária. Assim, foram efetuados levantamentos, avaliações e quantificações das ações com seus assessores jurídicos. A Companhia é polo passivo em alguns processos de natureza cível e trabalhista, classificados por seus advogados com possíveis chances de perda, totalizando o montante de R\$189 em 31 de dezembro de 2020 (R\$92 em 31 de dezembro de 2019), e uma causa com perda provável de R\$36 foi provisionada nas demonstrações contábeis.

18. Receita operacional líquida

	Controladora e consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Receitas		
Prestação de serviços	139.320	90.496
ISSQN sobre serviços	(2.132)	(1.433)
Pis sobre serviços	(2.104)	(1.348)
Cofins sobre serviços	(9.694)	(6.211)
Receita líquida total	125.390	81.504

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia possuía três clientes cujas receitas líquidas representavam, individualmente, mais de 10% da sua receita líquida total, sendo estas em 31 de dezembro de 2020 no montante de R\$31.556, R\$14.220 e R\$13.792 (R\$13.538, R\$9.153 e R\$8.680 em 31 de dezembro de 2019).

19. Resultado financeiro

	Controladora	Consolidado
	31/12/2020	31/12/2019
Receitas financeiras		
Variação cambial ativa	20	5
Rendimentos de aplicações financeiras	1.255	635
Juros recebidos	30	60
Outras receitas financeiras	9	5
Atualização monetária	22	84
	1.336	789
	1.336	1.344
Despesas financeiras		
Encargos de mora pagos	(167)	(448)
Encargos de empréstimos e financiamentos	(965)	(128)
Despesas bancárias	(336)	(381)
Outras despesas financeiras	(129)	(132)
	(1.597)	(1.089)
	(261)	(300)
	(261)	(255)

Resultado financeiro (a)

a) Apresentamos, nas demonstrações do resultado, o valor líquido do resultado financeiro.

20. Gestão de riscos e instrumentos financeiros

a) Considerações gerais e políticas

A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, quando aplicável, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras. A gestão desses instrumentos financeiros é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, sendo monitorada pela administração da Companhia. Os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente incluem rotinas mensais de projeção e avaliação da exposição cambial da Companhia sobre as quais se baseiam as decisões tomadas pela administração. *Aplicações financeiras* - De acordo com a política de aplicações financeiras estabelecida, a administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados, segundo avaliação do rating de crédito da contraparte em questão, percentual máximo de exposição por instituição de acordo com o rating e percentual máximo do patrimônio líquido do banco.

	Controladora	Consolidado
	31/12/2020	31/12/2019
Aplicações financeiras e Investimentos Temporários	330.351	9.837
332.129		

Classificação dos instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os instrumentos financeiros estavam assim resumidos e classificados:

Controladora

Em 31 de dezembro de 2020

	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	329.428	-	329.428
Contas a receber de clientes	17.890	-	17.890
Investimentos Temporários	4.000	-	4.000
Mútuo com partes relacionadas	63	-	63
	351.381	-	351.381
Passivos financeiros			
Fornecedores	672	-	672
Operações de arrendamento mercantil	209	-	209
Cashback	8.521	-	8.521
	9.402	-	9.402

MÉLIUZ S.A.
CNPJ: 14.110.585/0001-07

aprovados, substancialmente nos termos dos respectivos modelos aplicáveis às funções exercidas pelos beneficiários em questão, cujos modelos foram rubricados e aprovados pelo Conselho de Administração e arquivados na sede da Companhia.

Administração

ANDRÉ AMARAL RIBEIRO
DIRETOR

ISRAEL FERNANDES SALMEN
DIRETOR

LUCAS MARQUES PELOSO FIGUEIREDO
DIRETOR

OFLI CAMPOS GUIMARÃES
DIRETOR

ADIOGO DI MAMBRO OLIVEIRA
CONTADOR – CRC MG 120.769

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da Méliuz S.A.

Belo Horizonte - MG

Opinião - Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Méliuz S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo da principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria** - Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas com um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia. **Provisão para Cashback** - Conforme mencionado na nota explicativa nº 14 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía registrado no passivo circulante e não circulante, provisão para cashback no total de R\$8.521 mil, que representa a expectativa de desembolso de caixa futuro estimado pela Companhia para liquidar as obrigações do seu programa de cashback. Quando um usuário Méliuz

realiza compras de produtos e serviços oferecidos por parceiros comerciais, a Companhia disponibiliza para o mesmo um cashback (reembolso), que segue determinadas condições e equivale à um percentual sobre as referidas compras. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, as despesas com cashback montam R\$59.104 mil e foram registradas de acordo com um método de mensuração elaborado pela Companhia baseado em estatística descritiva sobre o perfil de resgate médio do usuário, considerando dados históricos e a evolução da participação da Companhia em diferentes frentes de negócio. Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos valores envolvidos e a complexidade do modelo utilizado para realização da estimativa da provisão e despesa com cashback, o qual leva em consideração dados históricos, relatórios com alto volume de dados extraídos dos sistemas da Companhia e técnicas estatísticas, além de julgamento por parte da administração acerca da estimativa de resgate futuro de cashback por parte dos usuários. *Como nossa auditoria conduziu esse assunto* - Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) análise do processo e controles implementados pela administração para o processo de reconhecimento da despesa com cashback, incluindo os controles sobre a revisão pela administração das premissas significativas subjacentes à determinação da estimativa; (b) testes documentais, em base amostral, da movimentação de cashback acumulado e resgatado no exercício; (c) avaliação das premissas relacionadas à expectativa dos valores de cashback com alto potencial de resgate, utilizadas para determinar o montante que será provisionado de cashback, comparando-as com os dados históricos de resgate; (d) envolvimento de profissionais de auditoria mais experientes na definição da estratégia de testes, avaliação da documentação suporte de auditoria e na supervisão dos procedimentos de auditoria executados. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre este assunto. Baseados nos resultados dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão de cashback, que estão consistentes com a avaliação da administração, consideramos aceitáveis as estimativas preparadas pela administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas nº 2.5(h) e 14, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado** - As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor** - A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas** - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das

demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: **●** Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. **●** Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. **●** Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. **●** Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. **●** Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. **●** Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Belo Horizonte (MG), 31 de março de 2021. ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S.S. - CRC-2SP034519/O-6. Rogério Xavier Magalhães - Contador CRC-IMG 080613/Ó-1. **[Pag 04 de 04]**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES/MG

EXTRATO DE EDITAL

REPUBLICAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 042/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2021 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2021

O Município de Cataguases, por meio de seu Prefeito, Sr. José Henriques, comunica a todos os interessados que fará no dia 15 de abril de 2021 às 8h no Salão Nobre Humberto Hardman Henriques, situado na Praça Santa Rita, 462, Centro, Cataguases/MG, a abertura do Processo Licitatório nº 042/2021 na modalidade Pregão Presencial nº 022/2021, Registro de Preços nº 030/2021. Tipo Menor Preço por item, para registrar preços para futura e eventual contratação de empresas especializadas em fornecimento de materiais tipo de construção para atender a diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Cataguases. Valor estimado: R\$ 552.490,48. Os interessados poderão adquirir o edital através do site: www.cataguases.mg.gov.br/licitacoes e qualquer dúvida entrar em contato pelo tel: (32) 3422-1066, ramal 219, 241, 223 e 247 ou através do e-mail: pregaocataguases@gmail.com. Cataguases, 20 de março de 2021.

José Henriques - Prefeito de Cataguases.

OLDCASTLE PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/ME nº 21.109.702/0001-88 - NIRE 3130011109-1

(Companhia Fechada)

AVISO AOS ACIONISTAS

Ficam os Senhores Acionistas da OLDCASTLE PARTICIPAÇÕES S.A. ("Companhia") informados que o relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos, as demonstrações financeiras e o parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício de 2020, estão disponíveis para análise na sede da Companhia, no município de Matozinhos, Estado de Minas Gerais, na Rodovia MG-424, s/nº, Km 31, Prédio 1, Parte 1, Bom Jardim, CEP 35.720-000 de segunda-feira a sexta-feira, das 09h00min às 18h00min, e também mediante solicitação por e-mail ao "juridico@br.crh.com". Os documentos acima mencionados ficarão à disposição dos acionistas a partir do dia 31 de março de 2021 até o último dia útil anterior ao dia da Assembleia Geral Ordinária a ser convocada. Matozinhos/MG, 30 de março de 2021. A Administração.

RURAL PROPERTIES MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/ME nº 20.985.516/0001-40 - NIRE 3130010992-5

(Companhia Fechada)

AVISO AOS ACIONISTAS

Ficam os Senhores Acionistas da RURAL PROPERTIES MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S.A. ("Companhia") informados que o relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos, as demonstrações financeiras e o parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício de 2020, estão disponíveis para análise na sede da Companhia, no Município de Matozinhos, Estado de Minas Gerais, na Rodovia MG-424, s/nº, Km 31, Prédio 1, Parte 1, Bairro Bom Jardim, CEP 35.720-000, de segunda-feira a sexta-feira, de 09h00min às 18h00min, e também mediante solicitação por e-mail ao "juridico@br.crh.com". Os documentos acima mencionados ficarão à disposição dos acionistas a partir do dia 31 de março de 2021 até o último dia útil anterior ao dia da Assembleia Geral Ordinária a ser convocada. Matozinhos/MG, 30 de março de 2021. A Administração.

MRL ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS S.A.

CNPJ/ME nº 02.578.564/0001-31 - NIRE 31.300.025.969

Companhia Fechada

REGISTRO DA ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 24 DE MARÇO DE 2021

Registra-se para os devidos fins que a Assembleia Geral Extraordinária da MRL ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS S.A. ("Companhia"), realizada às 09:30 horas do dia 24 de março de 2021, na sede da Companhia, na Avenida Professor Mário Werneck, nº 621, 8º andar, sala 8 - E, Bairro Estoril, em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, CEP 30.455-610, convocada através de edital de convocação publicado nas edições dos dias 17, 18 e 19 de março do Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e dos dias 17, 18 e 19 de março de 2021 no jornal "Hoje em Dia", foi registrada pela Junta Comercial do Estado de Minas Gerais ("JUCEMG") em 29 de março de 2021 - Junta Comercial do Estado de Minas Gerais Certificado registro sob o nº 8450970 em 29/03/2021 da Empresa MRL ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS S/A, Nire 31300025969 e protocolo 213137003 - 24/03/2021. Autenticação: DDAAEE172ZDC4948DCEFAFF47A9FA9E86631C. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.juicemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 21/313.700-3 e o código de segurança e43y Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 29/03/2021 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral - e teve seu teor publicado nos mesmos canais supramencionados no dia 30 de março de 2021.

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE PEDRO LEOPOLDO LTDA.

SICOOB CREDIPEL

RUA COMENDADOR ANTÔNIO ALVES, Nº 825, CENTRO, PEDRO LEOPOLDO/MG

CNPJ/ME: 71.441.406/0001-58 - NIRE: 31.4.0000748-2

EDITAL DE 1º, 2º e 3º CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA E ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente do Conselho de Administração da COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE PEDRO LEOPOLDO LTDA. - SICOOB CREDIPEL, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social convoca os associados, que nesta data são de número 7.986 (sete mil novecentos e oitenta e seis), em condição de votar, para se reunirem em ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA E ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA a ser realizada de forma DIGITAL, por meio do aplicativo Sicoob Moob, no dia 15 (quinze) de abril de 2021, às 16:00 (dezoisessis) horas em primeira convocação, com a presença de, no mínimo, 2/3 (dois terços) do número de associados, às 17:00 (dezoisessis) horas em segunda convocação, com a presença de metade mais um dos associados; ou em terceira e última convocação às 18:00 (dezoito) horas com a presença de, no mínimo, 10 (dez) associados, para deliberar sobre a seguinte ORDEM DO DIA: ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA: 1. Reforma Geral do Estatuto Social (art. 1º ao 95). ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA: 1. Prestação de contas dos órgãos de administração, acompanhada do Parecer do Conselho Fiscal, compreendendo: a) relatório da gestão; b) balanços elaborados no primeiro e no segundo semestres do exercício social anterior; c) relatório da auditoria externa - Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa - CNAC; d) demonstrativo das sobras apuradas ou das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da sociedade; 2. Destinação das sobras apuradas, deduzidas as parcelas para os fundos obrigatórios, ou rateio das perdas verificadas, com a possibilidade de compensar, por meio de sobras dos exercícios seguintes o saldo remanescente das perdas verificadas no exercício findo; 3. Estabelecimento da fórmula de cálculo a ser aplicada na distribuição de sobras e no rateio de perdas, com base nas operações de cada associado realizadas ou mantidas durante o exercício, excetuando-se o valor das quotas-partes integralizadas; 4. Fixação do valor das cédulas de presença, honorários e gratificações dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal e do valor global para pagamento dos honorários, gratificações e/ou benefícios dos membros da Diretoria Executiva; 5. Deliberação sobre recolhimento da contribuição do FGTS nos termos do artigo 16 da Lei nº 8.036/90; 6. Assuntos gerais de interesse social. **OBSERVAÇÕES RELEVANTES:** 1. A partir do dia 01/04/2021, encontrar-se-ão à disposição dos associados nas agências da Cooperativa e no site: <https://www.sicoobcredipel.com.br> os demonstrativos contábeis e financeiros e as propostas a serem apresentadas na AGO. 2. A Assembleia será realizada de forma digital, tendo em vista a recomendação do Ministério da Saúde e demais autoridades competentes para evitar aglomerações, garantindo a segurança e saúde de nossos associados e colaboradores. 3. O aplicativo Sicoob Moob está disponível gratuitamente nas lojas virtuais Apple Store e Play Store, acessível a navegador ou aplicativo de smartphone compatível com os sistemas IOS e Android a todos os associados. 4. Todas as Instruções para participação da AGO e do processo de votação, através do Sistema Moob, com as necessárias instruções de acesso e voto na AGO estarão disponíveis em todas as unidades de atendimento a partir do dia 01/04/2021, através de telefone, e-mail e do site: <https://www.sicoobcredipel.com.br>. Pedro Leopoldo/MG, 26 de março de 2021. Rodrigo Otávio Costa - Presidente do Conselho de Administração do SICOOB CREDIPEL. Informamos que foi necessária esta convocação de nova assembleia, uma vez que o evento que ocorreria no dia 13/03/2021 foi cancelado, tendo em vista a instabilidade apresentada no sistema de acesso.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRAS DE MARIA DA CRUZ/MG

PUBLICAÇÃO DE EDITAL

O MUNICÍPIO PEDRAS DE MARIA DA CRUZ/MG, torna público Processo Licitatório nº 024/2021 - Pregão Presencial 014/2021, destinado a contratação de empresa para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios para manutenção de merenda escolar da rede pública de ensino, abertura 14/04/2021 às 09h00min, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Pedras de Maria da Cruz-MG, informações (38) 3622-4140, 99744-2271, www.pedrasdemariadacruz.mg.gov.br ou licitacao@pedrasdemariadacruz.mg.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS – MG

Aviso de Nova Data do Processo Licitatório nº 11/2021 – Pregão 06/2021. Aquisição de veículos zero km, sendo: 01 veículo utilitário/ambulância tipo a simples, 01 veículo util /ambulância uti simples e 02 veículos populares, decorrente da Resolução SES/MG 7.112 DE 20 de maio de 2020, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde. Data de apresentação de envelopes e julgamento: 09h00min do dia 15/04/2021. O Edital encontra-se na sede da Prefeitura Municipal, à Av. Dr. Sylvio Menicucci, nº 1575, Bairro Presidente Kennedy ou pelo site www.lavras.mg.gov.br. Telefone: (35) 3694-4065. Denilson Teixeira – Diretor de Suprimentos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUISLÂNDIA/MG

AVISO DE LICITAÇÃO

APREF. MUNICIPAL DE LUISLÂNDIA/MG torna público o Processo Licitatório nº 028/2021, Pregão Presencial para Registro de Preços nº 010/2021. Objeto: AQUISIÇÃO DE CARNES E DERIVADOS, PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, EXCLUSIVAMENTE PARA PARTICIPAÇÃO DE MICRO EMPRESAS (ME) OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP), PARA OS ITENS NO TOTAL DE R\$ 80.000,00 (OITENTA MIL REAIS), CONFORME LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06, DECRETO FEDERAL Nº 8538/15. Abertura da sessão: 16/04/2021 às 08h00min. Edital disponível através do e-mail: licitacao@luislandia.mg.gov.br e pelo site: www.luislandia.mg.gov.br

Dágila Silva - Pregoeira Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUISLÂNDIA/MG

AVISO DE LICITAÇÃO

A PREF. MUNICIPAL DE LUISLÂNDIA/MG torna público o Processo Licitatório nº 027/2021, Pregão Presencial para Registro de Preços nº 009/2021. Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE, ESCRITÓRIO EM GERAL E ESCOLAR (PAPELARIA, LIVRARIA E ARMARINHO), PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, EXCLUSIVAMENTE PARA PARTICIPAÇÃO DE MICRO EMPRESAS (ME) OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP), PARA OS ITENS NO TOTAL DE R\$ 80.000,00 (OITENTA MIL REAIS), CONFORME LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06, DECRETO FEDERAL Nº 8538/15. Abertura da sessão: 15/04/2021 às 10h00min. Edital disponível através do e-mail: licitacao@luislandia.mg.gov.br e pelo site: www.luislandia.mg.gov.br

Dágila Silva - Pregoeira Oficial.

MUNICÍPIO DE ARAGUARI/MG

AVISO DE EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 028/2021 - RP: 024/2021. OBJETO: FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE (MEDICAMENTOS ÉTICOS, GENÉRICOS, SIMILARES E BIOLÓGICOS COM BASE NO MAIOR DESCONTO PERCENTUAL (%), CONSTANTES NA TABELA CMED DE PREÇOS DE MEDICAMENTOS), PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA FARMÁCIA MUNICIPAL, CAPS, CAE, ATENÇÃO BÁSICA E DEMANDA JUDICIAL, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARAGUARI/MG. Data da Sessão de Disputa de Preços: Dia 15/04/2021 às 13:00. Local: www.licitanet.com.br. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF). O Edital completo encontra-se disponível nos sites: <https://araguari.mg.gov.br/licitacoes> e www.licitanet.com.br. Maiores informações, junto à Secretaria Municipal de Saúde de Araguari/MG, situada na Rua Dr. Afrânio, 163, salas 02 e 03 - Bairro Centro. Fone: (34) 3690-3214.

Araguari, 30 de março de 2021.

Soraya Ribeiro de Moura - Secretária Municipal de Saúde.

Este documento foi assinado digitalmente e eletronicamente por EDIMINAS S/A EDITORA GRÁFICA INDUSTRIAL MG, titular do JORNAL HOJE EM DIA. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br/VerificadorAssinaturas/Verificador> e utilize o código DD9D-5100-99AE-334D.

SERPRAM - SERVIÇO DE PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR S.A. - CNPJ: 25.658.691/0001-46				
Balanco Patrimonial - Períodos findos em 31 de dezembro - Em reais (R\$ 1)				
	2019	2020	2019	2020
ATIVO				
ATIVO CIRCULANTE	38.936.690	26.045.547	15.945.157	13.735.773
Díponibilidades	5.366.873	1.116.246		
Realizável	33.569.817	24.929.301		
Aplicações	31.806.149	23.814.412		
Aplicações Garantidoras de Provisões				
Técnicas	13.454.506	12.922.075		
Aplicações Livres	18.351.643	10.892.337		
Créditos de Oper. c/Planos de Assistência à Saúde	1.712.111	1.056.295		
Contraprestação Pecuniária Prêmio a Receber	868.714	887.985		
Participação Beneficiários Eventos/Sinistros				
Indenizáveis	195.871	168.310		
Outros Créditos Oper. Planos de Assist. à Saúde	647.526	-		
Créditos Op. Prest. de Assist. Saúde Não Relac. Plano	22.437	26.999		
Créditos Tributários e Previdenciários	10.289	8.418		
Bens e Títulos a Receber	15.664	17.129		
Despesas Antecipadas	3.167	6.049		
Ativo Não Circulante	12.147.868	12.420.663		
Realizável a Longo Prazo	8.447.666	8.433.489		
Depósitos Fiscais e Judiciais	8.438.012	5.834.125		
Outros Créditos a Receber de Longo Prazo	9.653	9.364		
Investimentos	3.344.895	6.091.983		
Outros Investimentos	3.344.895	6.091.983		
Imobilizado	355.307	485.191		
Bens Móveis não Hospitalares/não Odontológicos	355.307	485.191		
Total do Ativo	51.084.558	38.466.210		

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido/Patrimônio Social - Períodos Findos em 31 de Dezembro - Em reais (R\$1)				
	Capital Realizado	Patrimonial	Sobras/ Retenções	Lucros (Prejuízos) Acumulados
Saldos em 31 de dezembro de 2018	999.184	-	2.005.124	12.716.449
Aumentos de Capital/Patrimônio Social com Lucros/Reservas em Espécie	10.000.816	-	(1.417.453)	(8.583.363)
Lucro/Supervit/Prejuízo Líquido do Exercício	-	-	-	3.919.871
Proposta da Destinação dos Lucros	-	-	-	-
Reserva Legal	-	-	195.994	(195.994)
Dividendos / Juros Cap. Próprio / Distribuídos	-	-	-	(1.422.057)
RS 0,13 por ação/cota	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	11.000.000	-	783.664	6.434.907
Aumentos de Capital/Patrimônio Social com Lucros/Reservas em Espécie	-	-	-	-
Lucro/Supervit/Prejuízo Líquido do Exercício	-	-	-	10.197.451
Proposta da Destinação dos Lucros	-	-	-	-
Reserva Legal	-	-	509.873	(509.873)
Incorporação / Resultados em Reservas de Lucros	-	-	4.314.384	(4.314.384)
Dividendos / Juros Cap. Próprio / Distribuídos	-	-	-	(2.120.524)
RS 0,19 por ação/cota	-	-	-	-
Distribuição de Resultados	-	-	-	(2.120.524)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	11.000.000	-	5.607.921	26.295.498

Notas Explicativas da Administração - Exercícios Encerrados em 31 de dezembro 2020 e 2019 - Em Reais (R\$ 1)

1. Contexto Operacional - O SERPRAM - Serviço de Prestação de Assistência Médico Hospitalar S.A., foi constituído em outubro de 1991, na cidade de Alfenas/MG, e atua como operadora de planos privados de assistência à saúde através de meios de execução próprios, da contratação ou credenciamento de terceiros, legal comprovadamente habilitados. O SERPRAM está subordinado às diretrizes e normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, em especial a Lei 9656/98, à qual compete regulamentar, acompanhar e fiscalizar as atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. Encontra-se cadastrada como Operadora de Planos de Saúde na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), sob o número 306649. **2. Principais Práticas Contábeis - 2.1 Declaração de Conformidade** - As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações. Também, foram observadas as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC TGC) emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, em consonância com os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que estão em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB. Foram observados ainda, as normas e instruções da Agência Nacional de Saúde Suplementar ANS, em especial a Resolução Normativa 435/2018, que dispõe do plano de contas padrão e modelos de publicação das demonstrações financeiras. **2.2 - Sumário das Práticas Contábeis - (a) Apuração do Resultado** - Apurado pelo regime contábil de competência de exercícios. **(b) Ativos e Passivos** - Os ativos e passivos veníveis até o término do exercício seguinte estão classificados no grupamento do Circulante, e os veníveis após o exercício seguinte como de longo prazo no grupo Não Circulante. Estão apresentados pelo valor de realização, incluindo quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, conforme previsto na NBC TG 12 (em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 12 - Abuste (Vale Presente)). **(c) Aplicações Financeiras** - Contempladas pelo valor de custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Composta por (i) Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas mantidas em Fundos vinculados a ANS - R\$ 13.454.506 (2019 - R\$ 12.922.075), e (ii) Aplicações Livres a serem aplicadas no desenvolvimento de suas atividades - R\$ 18.351.643 (2019 - R\$ 10.892.337). **(d) Investimentos** - Os investimentos permanentes em controlada, coligada ou em empreendimento controlado em conjunto são avaliados pelo custo de aquisição e o seu valor contábil é aumentado ou diminuído pelo reconhecimento da participação do investidor nos lucros ou prejuízos do período, gerados pela investida após a aquisição. Esses investimentos são avaliados pelo Método de Avaliação de Custo, onde o custo de aquisição e o seu valor contábil é aumentado pelo reconhecimento da participação do investidor e dos dividendos a distribuir, decorrentes dos lucros gerados pela investida após a aquisição. A participação societária é apresentada na demonstração do resultado da controladora como Resultado de Equivalência Patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas, de acordo com a NBC TG 18 (em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 18 - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto). As demonstrações financeiras das investidas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Sociedade. Conforme AGE de 04 de agosto de 2018, os acionistas deliberaram por transformar as ações preferências mantidas junto a investida Hospital Imesa, em ações ordinárias nominativas e as colocou a disposição para que os interessados pudessem adquiri-las. Essa operação gerou o montante de entrada de recursos de R\$ 2.120.525. **(e) Imobilizado** - Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades operacionais ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens, de acordo com a NBC TG 27 (em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado). O imobilizado está registrado ao custo de aquisição, reduzido da depreciação calculada pelo método linear, com base no tempo de vida estimado dos bens, às taxas mencionadas na nota 6 e de qualquer perda não recuperável acumulada, quando aplicável. Em cada data de fechamento das demonstrações financeiras, a Administração verifica a existência de possíveis perdas por redução ao valor recuperável de seu imobilizado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados na data de fechamento das demonstrações financeiras, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Os ganhos e as perdas decorrentes de alienações do imobilizado são determinadas pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos contabilmente na conta de "outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" nas demonstrações dos resultados. **(f) Provisões Técnicas** - As Provisões Técnicas exigidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, foram constituídas de acordo com as disposições contidas na RN nº 227 de 2010 e suas alterações posteriores. A Provisão de Eventos a Liquidar é calculada com base nas faturas de prestadores de serviços de assistência à saúde efetivamente recebida pelas operadoras e na identificação da ocorrência da despesa médica pela comunicação do prestador de serviço. A Provisão de Eventos a Liquidar para o SUS é devida em virtude de atendimento de nossos usuários de planos na rede pública de atendimento à saúde sem nossa anuência. A Provisão de Eventos Ocorridos e não Avisados - PEONA é reconhecida com base na RN 393/2015, constituída mensalmente com

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Senhores Acionistas e Administradores da SERPRAM - Serviço de Prestação de Assistência Médico-Hospitalar S.A. - Alfenas - MG
Opinião sem Ressalva - Examinamos as demonstrações contábeis da SERPRAM - Serviço de Prestação de Assistência Médico - Hospitalar S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para Opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à SERPRAM - Serviço de Prestação de Assistência Médico - Hospitalar S.A., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Enfase** - Conforme evidenciado na Nota 14, em outubro de 2020, a Operadora assinou Contrato de Compra e Venda de suas operações com o GNDI (Grupo Notre Dame Intermédica). Essa operação está sujeita a aprova-

ção por parte da Agência Nacional de Saúde Suplementar e do CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica que não se manifestaram até o fechamento e divulgação dessas Notas Explicativas. A negociação será efetivada após essas aprovações. Essa operação ocorrendo após a aprovação ou não, por negativa de qualquer dos órgãos relatores, não afetará a continuidade operacional dos negócios da SERPRAM. **Outras Informações que Acompanham as Demonstrações Contábeis e o Relatório do Auditor** - A Administração da SERPRAM - Serviço de Prestação de Assistência Médico Hospitalar S.A., é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração/gestão. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração/gestão e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração/gestão e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração/gestão somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a respeito disso. **Responsabilidade da Administração e da Governança pelas Demonstrações Contábeis** - A Administração da SERPRAM - Serviço de Prestação de Assistência Médico-Hospitalar S.A., é a responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos Controles Internos, que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da SERPRAM - Serviço de Prestação de Assistência Médico - Hospitalar

Demonstração do Resultado - Períodos Findos em 31 de Dezembro - Em reais (R\$1)			
	2020	2019	
Composição			
Contraprestações Efetivas Oper. Assist. à Saúde	103.834.649	98.950.270	
Receitas Prestação de Serviços	105.813.283	100.334.523	
Contraprestações Líquidas/Prêmios			
Retidos	105.813.283	100.334.523	
Tributos Diretos de Oper. com Planos de Assist. à Saúde	(1.978.634)	(1.384.253)	
Eventos/Sinistros Indenizáveis Líquidos	(73.939.624)	(80.729.815)	
Eventos Indenizáveis / Sinistros Retidos	(73.905.858)	(79.430.781)	
Variação da Provisão de Eventos Ocorridos e não Avisados	(33.767)	(1.299.034)	
Resultado das Oper. c/Plano de Assist.	29.895.024	18.220.455	
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assist. à Saúde	37.638	43.076	
Receitas Assist. Saúde Não Relacionados			
Planos de Saúde	2.335.931	1.671.820	
Receitas com Operações de Assistência Médico-Hospitalar	2.337.640	1.670.856	
Receitas com Operações de Assistência Odontológica	(1.709)	964	
Outras Despesas Operacionais com Planos Assist. à Saúde	(460.868)	(408.678)	
Outras Despesas Operacionais com Planos Assist. à Saúde	(34.578)	(25.750)	
Provisão para Perdas sobre Créditos	(426.290)	(382.928)	
Outras Despesas Operac. Não Relacionados Planos Saúde	(466.175)	(525.329)	
Resultado Bruto	31.341.551	19.001.345	
Despesas de Comercialização	(4.099.458)	(2.850.303)	
Despesas Administrativas	(11.672.361)	(11.837.855)	
Resultado Financeiro Líquido	637.051	1.020.078	
Receitas Financeiras	1.546.128	2.432.812	
Despesas Financeiras	(909.078)	(1.412.734)	
Resultado Patrimonial	(626.563)	362.864	
Receitas Patrimoniais	181.050	619.580	
Despesas Patrimoniais	(807.613)	(256.717)	
Resultado Antes dos Impostos e Participações	15.580.220	5.696.130	
Imposto de renda	(3.919.721)	(1.289.111)	
Contribuição Social	(1.463.048)	(487.148)	
Resultado Líquido do Exercício	10.197.451	3.919.871	
Resultado por ação	0,93	0,36	

	Valor Custo 2019	Adições	Baixas	Valor Custo 2020
Composição				
Máquinas e Equipamentos	214.098	-	-	214.098
Equipamentos de Informática	700.058	12.304	-	712.362
Móveis e Utensílios	198.668	9.069	-	207.737
Veículos	830.974	-	-	830.974
Totais	1.943.798	21.373	-	1.965.171

7. Provisões Técnicas de Operações Assistência à Saúde - Provisões constituídas para atendimento as RN's 227/2010, 392/2015 e suas alterações posteriores, de acordo com critérios contidos na Nota 2.2(f) e cuja composição era a seguinte:

	2020	2019
Provisão de Eventos Ressarcimento ao SUS(PC)	4.474.212	3.294.374
Provisão de Eventos a Liquidar	4.259.091	3.781.550
Provisão Contraprestações não Ganhos	516.757	446.194
Provisão Eventos Ocorridos Não Avisados	4.929.348	4.895.582
Total Valores Passivo Circulante	14.179.408	12.417.700
Provisão de Eventos Ressarcimento ao SUS (PNC)	7.404.089	5.262.711
Total das Provisões Técnicas (PC + PNC)	21.583.497	17.680.411
Os valores devidos a título de Ressarcimento ao SUS vêm sendo questionados judicialmente pela Operadora, sendo que o montante contemplado no Passivo não Circulante (Longo Prazo) encontram-se integralmente garantidos por depósitos judiciais conforme constanciamento na Nota 4. Em atendimento a RN 392/2015, as Operadoras devem manter Ativos Garantidores e Lastro Financeiro suficientes para garantir essas provisões técnicas. O SERPRAM possui Ativos Garantidores e Lastro Financeiro suficientes para acobertamento dessas provisões, aplicados em quotas de fundo de investimento dedicado ao setor de saúde suplementar, conforme demonstramos:		
Ativos Garantidores	2020	2019
Garantias Financeiras Exigida	17.219.780	13.912.257
Peonagem	4.929.348	4.895.582
Eventos vencidos + 60 dias	412.131	459.591
Ressarcimento SUS em Curto Prazo	4.474.212	3.294.374
Ressarcimento SUS em Longo Prazo	7.404.089	5.262.711
Mantida (Aplicações Garantidoras + Dep. Judicial)	21.130.106	18.184.785
Aplicações Financeiras Garantidoras	13.454.506	12.922.075
Depósitos Judiciais Garantidores	7.675.600	5.262.711
Excessos de Ativos Garantidores	3.910.326	4.272.528
Lastro Financeiro	2020	2019
Exigido	21.066.740	17.224.423
Mantido (Total Aplicações Financeiras + Dep. Judicial)	21.130.106	18.184.785
Excesso ou (Falta)	63.366	960.362

8. Tributos e Encargos Sociais a Recolher
A composição dos saldos era a seguinte:

	2020	2019
Tributos e Contribuições	473.007	432.266 (a)
Retenções de Impostos e Contribuições	322.114	313.954 (b)
Totais	795.121	746.219
(a) Reconhecimento dos impostos incidentes sobre o faturamento (PIS/COFINS e ISS), incidentes sobre os resultados positivos (IRPJ e CSLL), bem como dos valores devidos a título de contribuições previdenciárias e do FGTS. Inexistem valores em atraso. (b) Impostos retidos sobre a folha de salários e notas fiscais emitidas por prestadores de serviço, pendentes de recolhimento. Inexistem valores em atraso. 9. Débitos Diversos - Decorre basicamente: (a) Reconhecimento da provisão das férias acrescidas dos encargos pertinentes, calculados proporcionalmente ao período aquisitivo de cada colaborador, de acordo com a legislação vigente - R\$ 416.745 (2019 - R\$ 372.345) e (b) Valores devidos a fornecedores de materiais e serviços contratados a prazo - R\$ 34.045 (2019 - R\$ 74.145). 10. Provisões Judiciais - Correspondem a valores relativos a processos administrativos e/ou judiciais, civis e/ou tributários, constituídos de acordo com parecer dos Assessores Jurídicos, que consideram os valores suficientes para suportar possíveis perdas. As ações consideradas somam a importância R\$ 1.439.814 (2019 - R\$ 1.249.153). 11. Patrimônio Líquido/Patrimônio Social - Representado pelo capital investido pelos acionistas, acrescido das reservas constituídas e dos resultados auferidos no desenvolvimento de seus objetivos sociais. O capital social é de R\$ 11.000.000 dividido em 11.000.000 ações ordinárias nominativas no valor nominal de R\$ 1. As movimentações e as variações ocorridas no patrimônio líquido/patrimônio social da Operadora encontram-se devidamente evidenciadas nas Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido/Patrimônio Social. As reservas constituídas com parte dos resultados apurados podem ser demonstradas da seguinte forma:		

	2020	2019
Reserva Legal	958.536	448.664
Reserva de Contingências	335.000	335.000
Reserva de Retenção de Lucros	4.314.384	-
Totais	5.607.920	783.664

12. Patrimônio Mínimo Ajustado e Margem de Solvência - Conforme determinado pela Resolução Normativa 159 da Agência Nacional de Saúde Suplementar, e alterações posteriores, as Operadoras devem observar e cumprir as seguintes exigências: (a) Patrimônio Mínimo Ajustado - PMA - Calculado a partir da multiplicação do fator variável "K", obtido no Anexo I da Resolução Normativa 209/2009 da ANS, pelo capital base, reajustado anualmente pelo índice do IPCA. O valor mínimo a ser mantido pela Operadora, data base de 31 de dezembro de 2020, é de R\$ 1.621.249, estando adequado ao valor do Patrimônio Líquido/Patrimônio Social. (b) Margem de Solvência - Calculada em conformidade com o artigo 6º, da RN 209 da ANS, e corresponde à suficiência do Patrimônio Líquido ou Patrimônio Social ajustado por efeitos econômicos. É apurada pelo maior valor encontrado entre 20% das contraprestações líquidas dos últimos doze meses, ou 33% da média anual dos eventos indenizáveis líquidos dos últimos 36 meses. A adequação da Margem de Solvência é observada

S.A., continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da SERPRAM - Serviço de Prestação de Assistência Médico - Hospitalar S.A., são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia, de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários, tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os Controles Internos, conluio, falsificação, omissão

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Períodos Findos em 31 de Dezembro - Em reais (R\$1)			12
	2020	2019	
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	10.197.451	3.919.871	
Ajustes por:			
Resultados de Participação Societária			
- MEP	626.563	(316.864)	
Depreciações e amortizações	151.257	194.210	
Valor residual das baixas do imobilizado (Aumento) Redução nos Ativos:	-	(45.000)	
Contraprestação Pecuniária/Prêmios a Receber	19.271	85.792	
Operações de Planos de Assistência à Saúde	-	9.519	
Participação Beneficiários Eventos/Sinistros Indenizáveis	(27.561)	-	
Outros Créditos de Oper. Assist. Saúde	(642.965)	(63.720)	
Créditos Tributários e Previdenciários	(1.871)	(3.599)	
Aplicações Financeiras	(17.300.000)	(5.503.764)	
Rendimentos de Aplicações Financeiras	(428.705)	-	
Resgate de Aplicações Financeiras	9.736.968	1.007.650	
Bens e Títulos a Receber	1.465	(1.581)	
Depósitos Judiciais	(2.604.177)	(3.080.714)	
Outros Ativos Circulantes e não Circulantes	2.882	2.014	
Aumento (Redução) nos passivos:			
Provisões Técnicas	3.903.085	4.297.051	
Débitos de Operações Assistência à Saúde	497.434	-	
Débitos de Operações não Relacionados	-	(18.508)	
Assistência à Saúde	(102.385)	(18.508)	
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	48.901	(318)	
Débitos Diversos	3.727	(61.288)	
Provisão para Contingências	190.661	8.108	
Recursos líquidos provenientes das operações	4.272.001	428.858	
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos			
Aquisições do Imobilizado e do Intangível	(21.373)	(138.483)	
Baixas do Imobilizado e do Intangível	-	108.500	
Recebimento/Baixas de Participação Societária	2.120.525	-	
Recursos líquidos provenientes das atividades de investimentos	2.099.152	(29.983)	
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamentos			
Distribuição de sobras/Pagamentos Dividendos e Juros Capital Próprio	(2.120.525)	(1.422.056)	
Recursos líquidos provenientes das atividades de financiamentos	(2.120.525)	(1.422.056)	
(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa	4.250.628	(1.023.181)	
Variação do Caixa e equivalentes de caixa:			
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5.366.874	1.116.246	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.116.246	2.139.427	
(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa	4.250.628	(1.023.181)	

UNIDAS AGRO LOCAÇAO DE VEICULOS S.A
CNPJ: 00.453.246/0001-19

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Pg 1/3

1- PERFIL DA COMPANHIA: A Unidas Agro Locação de Veículos S.A. ("Unidas Agro" ou "Companhia"), constituída em 13 de fevereiro de 1995, é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil. Sua matriz está localizada na avenida Raja Gabaglia, nº 1.781, 12º andar, Luxemburgo, Belo Horizonte – Minas Gerais, e sua sede administrativa está localizada na Avenida Dr. Antônio Alves Passig nº 563, Jardim Palmares, Ribeirão Preto – São Paulo. A Unidas Agro é uma Companhia especializada em soluções de locação e gestão de veículos voltada ao agronegócio, atuando no segmento de Terceirização de Frotas, com sólido histórico de expansão e presença nacional, com filiais localizadas nos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Goiás. A Companhia tem por objeto social as seguintes atividades, voltadas principalmente para o segmento do agronegócio brasileiro: • Locação de caminhões sem condutor; • Locação de veículos sem condutor; • Locação

de máquinas e equipamentos comerciais e industriais; • Atividade de apoio à agricultura e à pecuária. A Companhia atua igualmente para atender a constante necessidade de renovação de sua frota, que é renovada após o término de sua vida útil-econômica, que gira em torno de 24 meses, de acordo com as características dos veículos locados e das condições dos contratos firmados com os clientes. Após o encerramento da vida útil-econômica, os veículos são vendidos para revendedores que possuem pontos de vendas próprios e independentes. Atuando, de forma independente, na emissão de linhas de crédito especializadas ao setor do agronegócio, com propósito de financiar sua operação e investir no crescimento operacional.

2- MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO: Cenário Macroeconômico Segundo projeções do Banco Central, é esperado um crescimento de 3,60% para o PIB de 2021, demonstrando assim uma tendência de melhora da economia

brasileira em um cenário pós-pandemia. A taxa de inflação oficial em 2020, medida pelo IPCA, foi de 4,52%, próximo da meta da inflação definida pelo CMN – Conselho Monetário Nacional, de 4,00% a.a. Já para 2023, espera-se uma inflação estimada em 3,25%, patamar inferior à inflação de 2020. Destacamos que, em 2020, grande parte dos nossos contratos de Terceirização de Frotas eram indexados a um indicador de inflação (IPCA ou IGP-M). A taxa básica de juros medida pela SELIC, encerrou o ano de 2020 em 2,00%, segundo o Banco Central, e é esperada uma perspectiva de aumento para o ano de 2021 próximos à meta de 4,50%. O setor de locação de veículos é intensivo em capital e, uma SELIC mantida em altos patamares, impacta negativamente o crescimento das operações das companhias do setor, proporcionando um maior custo de capital. **Terceirização de Frotas - A**

Companhia, em 2020, mostrou importante resiliência frente a competitividade e ao cenário adverso causado pela pandemia do coronavírus, conseguindo entregar resultados recordes operacionais e financeiros. Dentre os quais podemos destacar os crescimentos anuais versus 2019 de: • Crescimento de 63% da Frota Total; • Receita de locação com crescimento de 46%; • Receita líquida total com crescimento de 23%; e • Crescimento de 13% em Lucro líquido. Por tudo isso, agradecemos aos nossos colaboradores, acionistas, clientes, fornecedores e parceiros pelo apoio e contribuição para as conquistas que alcançamos ao longo de 2020 e esperamos superar nosso desempenho para o desenvolvimento da Companhia durante todo o próximo ano de 2021.

A Administração

Balanco patrimonial - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma				
Ativo	notas	31/12/2020	31/12/2019	
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	Nota 5	8.121	96.231	
Contas a receber de clientes	Nota 6	30.199	44.555	
Veículos em desativação para renovação de frota	Nota 7	11.580	3.961	
Impostos a recuperar		306	132	
Despesas antecipadas		51	5	
Outras contas a receber		1.233	276	
Total do ativo circulante		51.490	145.160	
Não circulante				
Contas a receber de clientes	Nota 6		9.549	
Outros créditos			121	
Depósitos judiciais	Nota 14a	784	784	
		784	10.454	
Imobilizado	Nota 9	555.649	280.557	
Direito de uso de arrendamento	Nota 10a	1.055	1.317	
Investimentos			1	
		557.498	292.329	
Total do ativo não circulante		558.543	293.874	
Total do ativo		608.979	437.489	
Demonstração do resultado				
Exercícios findos em 31 de dezembro				
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma				
	notas	2020	2019	
Receita operacional líquida	Nota 17	294.873	240.008	
Custos de locação e venda de veículos	Nota 18	(211.628)	(180.705)	
Lucro bruto		83.245	59.303	
Despesas com vendas	Nota 18	(7.135)	(246)	
Despesas gerais e administrativas	Nota 18	(9.576)	(10.546)	
Outras receitas operacionais			90	
Lucro antes do resultado financeiro líquido e impostos		66.534	48.601	
Receitas financeiras	Nota 19	1.943	1.203	
Despesas financeiras	Nota 19	(9.150)	(7.541)	
Despesas financeiras, líquidas	Nota 19	(7.207)	(6.338)	
Lucros antes dos impostos		59.327	42.263	
Impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos	Nota 8b	(19.368)	(14.998)	
Lucro líquido do exercício		39.959	27.265	
Lucro por ação - básico - R\$	Nota 16e	1,01	0,78	
Lucro por ação - diluído - R\$	Nota 16f	1,01	0,78	

Demonstração das mutações no patrimônio líquido						
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma						
	Reserva de capital		Reserva de lucros		lucros (prejuízos) acumulados	Total
	Capital Social	Reserva de capital	Reserva de opções outorgadas	Reserva legal	Reserva de investimentos	
Em 1º de janeiro de 2019	39.433				(747)	38.686
Aumento de capital social	140.000					140.000
Lucro líquido do exercício					27.265	27.265
Destinação do lucro líquido do exercício:						
Constituição de reserva legal				1.326	(1.326)	
Distribuição de dividendos					(6.629)	(6.629)
Retenção de lucros					18.563	18.563
Em 31 de dezembro de 2019	179.433			1.326	18.563	199.322
Lucro líquido do exercício					39.959	39.959
Plano de benefício em ações	Nota 16b		1.279			1.279
Opções e ações exercidas	Nota 16b	(129)				(129)
Destinação do lucro líquido do exercício:						
Constituição de reserva legal				1.998	(1.998)	
Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio	Nota 16c				(9.490)	(9.490)
Retenção de lucros					28.471	28.471
Em 31 de dezembro de 2020	179.433	(129)	1.279	3.324	47.034	230.941

Demonstração das mutações no patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional: A Unidas Agro Locação de Veículos S.A. ("Unidas Agro" ou "Companhia"), constituída em 13 de fevereiro de 1995, é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil. A Companhia tem por objeto social as seguintes atividades, voltadas principalmente para o segmento do agronegócio brasileiro: • Locação de caminhões sem condutor; • Locação de veículos sem condutor; • Locação de máquinas e equipamentos comerciais e industriais. • Atividade de apoio à agricultura e à pecuária. A matriz da Companhia está localizada na avenida Raja Gabaglia, nº 1.781, Luxemburgo, 12º andar, Belo Horizonte – Minas Gerais. A Companhia tem atuação nacional, porém com maior concentração onde estão instaladas suas 6 unidades (matriz e 5 filiais), localizadas nos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Goiás. Em 31 de dezembro de 2020, a frota da Companhia era composta por: (dados não auditados) 10.206 veículos (6.275 em 31 de dezembro de 2019). A frota de veículos é renovada após o término de sua vida útil-econômica, que gira em torno de 24 meses, de acordo com as características dos veículos locados e das condições dos contratos firmados com os clientes. Após o encerramento da vida útil-econômica, os veículos são vendidos para revendedores que possuem pontos de vendas próprios e independentes. (a) **Aprovação das demonstrações financeiras** - A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria Executiva em, 29 de março de 2021. **1.1 Impactos do Coronavírus (Covid-19)** - A epidemia do novo Coronavírus (Covid-19) iniciou em Wuhan, China, e foi relacionada pela primeira vez pelas autoridades nacionais à Organização Mundial da Saúde em 30 de dezembro de 2019. No dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde atribuiu o status de pandemia ao afastamento mundial causada pela Covid-19. No mesmo período e com base em todos os acontecimentos mencionados, a Companhia emitiu diretrizes, que visaram garantir o cumprimento das medidas adotadas no nível local e adotou inúmeras ações para e procedimentos para prevenir e mitigar os efeitos do contágio no local de trabalho, como por exemplo: • Início das atividades com trabalho remoto (*home office*) para toda a equipe administrativa, com a compra de notebooks e incremento do acesso a sistemas de VPN, mantendo as operações em andamento; • Recomendação do uso de máscaras, inclusive para pessoas assintomáticas, além da distribuição de máscaras nas unidades; • Adoção das primeiras medidas autorizadas pelo Governo como: (a) banco de horas (com compensação em 18 meses); (b) antecipação de férias; e (c) adiamento do recolhimento de tributos como FGTS. A partir do segundo trimestre de 2020, foram adotadas pelos Estados da Federação do Brasil medidas que permitem a flexibilização das normas que foram adotadas inicialmente e, em acordo com as prefeituras, está ocorrendo uma retomada gradual das atividades econômicas. Para o segundo semestre a Companhia manteve as medidas de segurança recomendadas pelas autoridades de saúde. **1.1.1 Impactos nos negócios e análise de recuperação (impairment) de ativos** - A Administração entende que a Covid-19 impactou de forma significativa a demanda por seus produtos e serviços, principalmente nos negócios de venda de veículos. No negócio de terceirização de frotas, não houve impactos significativos. Diante do cenário e devido às medidas de isolamento social estabelecidas pelas autoridades, a Companhia efetuou a revisão de indicadores de *impairment* e com uma projeção de redução temporária de receitas e volume de vendas de veículos. Como resultado da análise verificou-se que não seria necessário o reconhecimento de provisão para esses ativos. A análise de indicadores observou não somente os impactos econômico-financeiros causados ou esperados pela crise, mas também os valores atuais e esperados de mercado desses ativos e a geração de caixa esperada pelos mesmos. A perda é calculada entre o maior valor recuperável entre o valor em uso e o valor justo menos despesas para vender o ativo. A Companhia efetuou a revisão de indicadores de *impairment*, PECLD, ativos e passivos e não foram identificadas perdas ao valor recuperável, redução em ativos ou passivos a serem reconhecidos como resultado da redução das atividades em função da pandemia, além da citada acima. A Companhia visando manter a transparência com o mercado e acionistas, atua e atuará de forma contínua na atualização das informações relacionadas aos possíveis impactos da Covid-19, em um cenário em constante evolução, o monitoramento constante em mudanças nas variáveis macroeconômicas e de negócios será contínuo, bem como a elaboração de análises de "stress" em suas operações, a fim de obter a melhor estimativa dos possíveis impactos sobre a Companhia em tempo real e permitir sua mitigação com planos de reação e contingência. **1.2 Combinação dos Negócios da Companhia de Locação das Américas (Locamérica) e da Localiza Rent a Car S.A. (Localiza)** - A Locamérica (Controladora da Unidas Agro Locação de Veículos S.A.) e a Localiza Rent a Car S.A. (Localiza), celebraram em 22 de setembro de 2020, um Acordo de Incorporação de Ações ("Acordo"), por meio do qual foram estabelecidos os termos e condições para a implementação da combinação dos negócios das Companhias, mediante a incorporação de

ações da Locamérica pela Localiza ("Incorporação de Ações" ou "Transação"). Do ponto de vista econômico-financeiro, a integração dos negócios deverá promover sinergias e aumentos de eficiência na Companhia combinada resultante da Incorporação de Ações ("Companhia combinada"). Sujeito aos termos e condições previstos no Acordo, na data de consumação da Incorporação de Ações ("Data de Fechamento"), os acionistas da Locamérica receberão 0,44682380 ação ordinária de emissão da Localiza em substituição a cada 1 ação ordinária de emissão da Locamérica por eles detidas na Data de Fechamento ("Relação de Troca"). Com Base nesta relação de trocas acionistas da Localiza passarão a deter, em conjunto, 76,85000004% do capital social total e volante da Companhia Combinada, e os então acionistas da Locamérica passarão a deter, em conjunto, 23,14999996%, considerando a base acionária de 22 de setembro de 2020. A Transação está condicionada à aprovação da concretização da Incorporação de Ações pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE sem restrições ou com restrições que, observados os termos do Acordo, sejam aceitáveis às partes, bem como à verificação de outras determinadas condições precedentes usuais para operações desta natureza. **2 Resumo das principais políticas contábeis:** As demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1 Base de preparação** - As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de certos ativos financeiros e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas na Nota 3. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação** - Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia. **2.3 Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. **2.4 Ativos financeiros - 2.4.1 Classificação** - A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração: • Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado); e • Mensurados ao custo amortizado. A classificação depende do modelo de negócio da Companhia para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. **2.4.2 Reconhecimento e desreconhecimento** - Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. **2.4.3 Mensuração** - No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado. Os ativos financeiros com derivativos embutidos são considerados, em sua totalidade, ao determinar se os seus fluxos de caixa consistem apenas em pagamento do principal e de juros. **Instrumentos de dívida** - A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio da Companhia para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo. A Companhia classifica seus títulos de dívida de acordo com as duas categorias de mensuração a seguir: • Custo amortizado - os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em

Demonstração dos fluxos de caixa		
Exercícios findos em 31 de dezembro		
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma		
	2020	2019
Fluxos de caixa de atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	39.959	27.265
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.653	1.931
Depreciação	51.697	36.652
Valor residual dos veículos em desativação para renovação de frota baixado	114.336	113.661
Encargos financeiros e custos de captação das dívidas	3.976	1.746
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.064	148
Provisão de pagamento baseado em ações	1.279	
Ajuste a valor presente	(691)	691
Juros de cessão a montadoras	3.321	1.593
Encargos financeiros - mútuo partes relacionadas	261	712
Outros	225	332
Contas a receber de clientes	17.532	(44.585)
Outros ativos circulantes e não circulantes	(1.056)	52
Acréscimo (decréscimo) ativo	16.476	(44.533)
Aquisição de veículos líquido do saldo a pagar a fornecedores - montadoras e cessão de créditos por fornecedores	(364.221)	(157.409)
Fornecedores (exceto montadoras de veículos)	(545)	337
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(6.700)	(10.957)
Partes relacionadas	841	35.335
Outros passivos circulantes e não circulantes	6.339	6.934
(Acréscimo) decréscimo passivo	(364.286)	(125.760)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	(120.730)	14.438
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Movimentação de outros imobilizados	(11.724)	(6.403)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento	(11.724)	(6.403)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos, líquido dos custos de captação		122.255
Amortização de empréstimos e financiamentos		(108.905)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	(3.803)	(3.607)
Aumento de capital social		140.000
Empréstimos com partes relacionadas	56.900	(61.611)
Dividendos e juros sobre capital próprio líquidos pagos		(8.753)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	44.344	88.132
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(88.110)	96.167
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	96.231	64
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	8.121	96.231

recetas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outras receitas (despesas) operacionais. As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado. • Valor justo por meio do resultado - os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em um título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outras receitas (despesas) operacionais, no exercício em que ocorrerem. **2.4.4 Impairment** - A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. **2.4.5 Compensação de instrumentos financeiros** - Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Companhia ou da contraparte. **2.5 Contas a receber de clientes** - As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços de aluguel de frotas de veículos e pela venda de veículos desativados para renovação de frotas no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa ("PECLD" ou *impairment*). As contas a receber de clientes são ajustadas pelo seu valor presente somente quando o efeito é considerado relevante em relação aos respectivos contratos às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado conforme divulgado na Nota 6. **2.6 Veículos em desativação para renovação de frota** - Os veículos em desativação para renovação de frota são reconhecidos pelo valor residual quando da transferência da conta de imobilizado para a conta de "veículos em desativação para renovação de frota". O valor residual quando da transferência é considerado como custo dos veículos em desativação para renovação de frota. O saldo destes veículos é apresentado pelo seu valor de custo, ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. Os veículos após o término de contrato de locação são reclassificados para a conta de "veículos em desativação para renovação de frota" e passam a ser destinados para venda (atividade acessória à operação da Companhia). O valor líquido de realização é o preço de venda estimado do veículo, menos os custos estimados necessários para efetuar a venda. **2.7 Imobilizado** - O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. Valor residual de um ativo é o valor que a Companhia obterá com a venda do ativo após deduzir as despesas de vendas. Para os veículos, o valor residual é o valor estimado de venda depois de sua vida útil econômica menos as despesas estimadas de vendas. A depreciação é reconhecida no resultado, a partir da data em que os ativos estão disponíveis para uso, baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A vida útil econômica dos veículos reflete o padrão de uso e consumo de seus benefícios econômicos esperados pela Companhia. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo para os bens do ativo imobilizado são aproximadamente:

	Anos
Veículos	1-2
Acessórios para veículos	1-2
Equipamentos de informática	5
Máquinas e equipamentos	10
Móveis e utensílios	10
Outros	10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações de imobilizado (exceto veículos) são determinados pela comparação dos valores de venda com o seu valor contábil e são reconhecidos em "outras receitas (despesas) operacionais" na demonstração do resultado. **2.8 Fornecedores e cessão de**

créditos por fornecedores - As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Alguns fornecedores têm a opção de ceder seus títulos, sem direito de regresso, para instituições financeiras. A Companhia possui como prática contábil a segregação destas operações no balanço patrimonial na rubrica de "cessão de crédito por fornecedores", haja vista que o título será pago à instituição financeira e não mais ao fornecedor. A Companhia também adota a prática contábil de classificação destas operações como atividades operacionais, na demonstração dos fluxos de caixa. **2.9 Empréstimos e financiamentos** - Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **2.10 Provisões** - As provisões para contingências (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **2.11 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido** - As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias brasileiras promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. **2.12 Benefícios - (a) Remuneração com base em ações** - A Companhia de Locação das Américas, controladora da Unidas Agro Locação de Veículos S.A., opera uma série de planos de remuneração com base em ações, liquidados com ações, segundo os quais a entidade recebe os serviços dos empregados como contraprestação por instrumentos de patrimônio líquido (ações) da Companhia de Locação das Américas. O valor justo dos serviços do empregado, recebidos em troca da outorga de ações, é reconhecido como despesa. O valor total a ser reconhecido é determinado mediante referência ao valor justo das ações outorgadas, excluindo o impacto de quaisquer condições de aquisição de direitos com base no serviço e no desempenho que não são do mercado (por exemplo, rentabilidade, metas de aumento de vendas e permanência no emprego por um exercício de tempo específico). As condições de aquisição de direitos que não são do mercado estão incluídas nas premissas sobre a quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos. O valor total da despesa é reconhecido durante o exercício no qual o direito é adquirido; exercício durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data de cada balanço, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de ações que terão seus direitos adquiridos, considerando as condições de aquisição não relacionadas ao mercado e às condições por tempo de serviço. A Companhia reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com contrapartida no patrimônio líquido. Os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados na reserva de capital, se aplicável, quando são exercidas. As contribuições sociais a pagar em conexão com a concessão das ações são consideradas parte integrante da própria concessão, e a cobrança é tratada como uma transação liquidada em dinheiro. **(b) Participação nos lucros** - A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas após certos ajustes e acordos firmados junto a representantes de classe de seus empregados. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*). **2.13 Patrimônio líquido - (a) Capital social** - A Companhia possui somente ações ordinárias e essas ações são classificadas no patrimônio líquido. **(b) Distribuição de dividendos** - A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. **2.14 Reconhecimento da receita** - A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrito a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. **(a) Receita de locação de veículos** - A receita de locação de veículos é medida pelo valor justo da contraprestação dos serviços de locação a receber. As receitas de terceirização de frotas são reconhecidas em bases mensais pelo período do contrato de aluguel. **(b) Receita de venda de veículos** - A receita líquida da venda de veículos é uma atividade acessória e complementar da atividade de locação de veículos. A

UNIDAS AGRO LOCAÇAO DE VEICULOS S.A - CNPJ: 00.453.246/0001-19

Pg 2/3

relacionados e não relacionados a arrendamentos e, em vez disso, contabiliza tais componentes como um componente de arrendamento único. Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contém uma ampla gama de termos e condições diferenciadas. Os contratos de arrendamento não contém cláusulas restritivas, porém os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos. Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente. Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber). Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo esta a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes. Para determinar a taxa incremental de empréstimo, a Companhia sempre que possível, utiliza como ponto de partida taxas de financiamentos recentes contratados com terceiros, ajustadas para refletir as mudanças nas condições de financiamento desde que tal financiamento de terceiro fora recebido. A Companhia está exposta a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de arrendamentos com base em um índice ou taxa, os quais não são incluídos no passivo de arrendamento até serem concretizados. Quando os ajustes em pagamentos de arrendamentos baseados em um índice ou taxa são concretizados, o passivo de arrendamento é reavaliado e ajustado em contrapartida ao ativo de direito de uso. Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir: • o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento; • quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos; • quaisquer custos diretos iniciais; e • custos de reparação. Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados pelo prazo do contrato pelo método linear. Se a Companhia estiver razoavelmente certa de que irá exercer uma opção de compra, o ativo do direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente. Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo de equipamentos e arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo de 12 meses ou menos. 2.16 **Arredondamento dos valores** - Todos os valores divulgados nas demonstrações financeiras e notas foram arredondados com a aproximação de milhares de reais, salvo indicação contrária. 2.17 **Normas, alterações e interpretações emitidos recentemente** - As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB e entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020. (a) **Estrutura conceitual** - Em março de 2018, o IASB emitiu a revisão da Estrutura Conceitual para Relatórios Financeiros, substituindo a versão anterior, emitida em 2010. As principais mudanças foram: • Aumento da preeminência da gestão no objetivo da preparação de relatórios financeiros; • Restabelecimento da prudência como um componente de neutralidade; • Definição de entidade; • Revisão das definições de ativo e passivo; • Remoção do parâmetro de probabilidade para reconhecimento e inclusão de orientações sobre desreconhecimento; • Inclusão de orientações sobre bases diferentes de mensuração; e • Afirmação de que o resultado é o principal indicador de desempenho e que, em princípio, as receitas e despesas em outros resultados abrangentes deveriam ser reciclados quando isso aprimorar a relevância ou a apresentação fiel das demonstrações financeiras. Nenhuma mudança será feita nas normas atuais. Contudo, as entidades que utilizarem a Estrutura Conceitual para determinar suas políticas contábeis para transações, eventos ou condições que não sejam abordados por nenhuma norma específica deverão aplicar a Estrutura Conceitual revisada a partir de 1º de janeiro de 2020. As entidades devem considerar se suas políticas contábeis continuam adequadas de acordo com a Estrutura Conceitual revisada. (b) **Alterações ao IAS 1 "Presentation of Financial Statements" e IAS 8 "Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors"** - Em outubro de 2018, o IASB emitiu a definição de "material" e fez alterações pertinentes ao IAS 1 e IAS 8, cuja versão revisada possui data efetiva de aplicação a partir de 1º de janeiro de 2020. A definição de "material" ajuda as entidades a determinarem se as informações sobre um item, transação ou um outro evento qualquer, devem ser fornecidas aos usuários das demonstrações financeiras. No entanto, nem sempre essa definição é objetiva, sendo necessário fazer julgamentos sobre a materialidade na preparação das demonstrações financeiras. As alterações efetuadas alinham a redação da definição de material em todas as normas do IFRS, incluindo a Estrutura Conceitual. (c) **Alterações ao IFRS 3 "Business Combinations"** - Em outubro de 2018, o IASB emitiu alteração ao IFRS 3 sobre a definição de "negócio", que possui data efetiva a partir de 1º de janeiro de 2020. A alteração efetuada (i) confirma que um negócio deve incluir inputs e processos relevantes, que em conjunto contribuem de forma significativa para a criação de outputs; (ii) disponibiliza teste que auxilia na análise sobre se uma empresa adquiriu um grupo de ativos e não um negócio; e (iii) estreita as definições de outputs, cujo foco passa a ser geração de retorno por meio de produtos fornecidos e serviços prestados a clientes, excluindo geração de retornos sob a forma de redução de custos e outros benefícios econômicos. (d) **Revisão do Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) - Arrendamentos** - Em maio de 2020, o IASB emitiu alterações à IFRS 16 - Arrendamentos referentes às concessões concedidas por arrendadores aos arrendatários em contratos de arrendamento em decorrência dos efeitos da redução da atividade econômica causados pela Covid-19. Em 7 de julho de 2020, a CVM, através da Deliberação nº 859/20, aprovou alterações no Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) - Arrendamentos, correlacionada com a IFRS em questão. A referida Deliberação aplica-se aos exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2020. Como expediente prático, o arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício concedido em um contrato de arrendamento, relacionado ao Covid-19, é uma modificação do contrato de arrendamento e, assim, contabilizar as mudanças resultantes nos pagamentos de arrendamento no resultado do exercício. A Companhia aplicou o expediente prático a todos os benefícios concedidos em contratos de arrendamento em consonância com os requisitos da Deliberação nº 859/20. 2.17.2 **Normas novas que ainda não estão em vigor** - As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2020. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). a) **Alterações ao IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 "Instrumentos Financeiros", IFRS 4 "Contratos de Seguro" e IFRS 16 "Arrendamentos"** - As alterações previstas na Fase 2 da reforma IBOR abordam questões que podem afetar as demonstrações financeiras durante a reforma de uma taxa de juros de referência, incluindo os efeitos das mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição de uma taxa por uma taxa de referência alternativa (questões de substituição). A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2021. b) **Alteração ao IAS 16 "Ativo Imobilizado"** - Em maio de 2020, o IASB emitiu uma alteração que proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos

relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2022. c) **Alteração ao IAS 37 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes"** - Em maio de 2020, o IASB emitiu essa alteração para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2022. d) **Alteração ao IFRS 3 "Combinação de Negócios"** - Emitida em maio de 2020, com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. A alteração ao IFRS 3 tem vigência de aplicação a partir de 1º de janeiro de 2022. e) **Aprimoramentos anuais – ciclo 2018-2020** - Em maio de 2020, o IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2022: (i) IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros. (ii) IFRS 16 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado. (iii) IFRS 1 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. 3 **Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente são iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos, estão contempladas a seguir: (a) **Valor residual de veículos** - A Companhia estima frequentemente o valor residual dos veículos (valor estimado de venda depois de sua vida útil menos as despesas estimadas de vendas), que impacta consequentemente nos custos de depreciação dos veículos operacionais. Esta estimativa leva em consideração diversas premissas com alto grau de julgamento, tais como preço estimado de venda. Quaisquer mudanças nessas premissas utilizadas podem implicar na alteração do resultado e, consequentemente, na valorização ou desvalorização desses ativos. (b) **Provisão para perdas estimadas em crédito com risco de ação duvidosa ("PECLD")** - A Companhia considera na mensuração da PECLD, as perdas de créditos esperadas. Adicionalmente, a Companhia avalia continuamente sua carteira de recebíveis de forma a identificar se existem indícios de "impairment" sobre os títulos de cada cliente que compõe a carteira. Se sim, a Companhia avalia se o cliente inadimplente deu garantias reais e se as mesmas são suficientes para cobrir a exposição líquida da Companhia. Caso as garantias reais não sejam suficientes, a provisão para créditos com liquidação duvidosa é reconhecida no resultado, classificada como "despesa com vendas". (c) **Arrendamentos** - A Companhia utiliza os seguintes expedientes práticos permitidos pela norma: • uso de uma taxa única de desconto em uma carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares; • utilização de avaliações anteriores sobre se os arrendamentos são onerosos; • exclusão dos custos diretos iniciais para a mensuração do ativo de direito de uso na data de aplicação inicial; e • utilização de análises retrospectivas para se determinar o período do arrendamento, quando o contrato incluir opções de prorrogação ou de rescisão do arrendamento. 4 **Gestão de risco financeiro e valor justo:** 4.1 **Fatores de risco financeiro** - As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial, risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com a taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro. A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Companhia, que identifica, avalia e busca proteger a Companhia contra eventuais riscos financeiros. A Diretoria tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia e se reporta regularmente ao Conselho de Administração sobre as suas atividades. As práticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos, para definir limites e controles, para monitorar riscos e aderência aos limites. (a) **Risco de mercado - Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros** - Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação de riscos de taxa, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas com instituições financeiras. A Companhia possui a totalidade de seus equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos indexados à variação do CDI. A exposição a estes ativos à taxa variável são monitorados ativamente pela Administração. (b) **Risco de crédito** - O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas. Para bancos e outras instituições financeiras, são aceitos somente títulos que estão de acordo com a política de investimentos da Companhia. Para o caso de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS9/CPAC4 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando uma provisão para perdas esperadas ao longo da vida útil para todas as contas a receber de clientes. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela Companhia. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras é:

	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e equivalentes de caixa	Nota 5	8.121
Contas a receber de clientes	Nota 6	30.129
Outras contas a receber		1.233
Total		39.553

(c) **Risco de liquidez** - Risco de liquidez é o risco de que a Companhia encontre dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A seguir estão as exposições contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados futuros e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e equivalentes de caixa	Nota 5	8.121
Contas a receber de clientes	Nota 6	30.129
Outras contas a receber		1.233
Total		39.553

	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e equivalentes de caixa	Nota 5	8.121
Contas a receber de clientes	Nota 6	30.129
Outras contas a receber		1.233
Total		39.553

além dos preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços). • Nível 3 - informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis). (i) **Planos de remuneração baseado em ações** - O valor justo das ações de empregados e os direitos sobre valorização de ações são mensurados utilizando-se o modelo de precificação Black-Scholes. Este modelo leva em consideração as variações de mensuração que incluem valor justo na data de mensuração, o preço de exercício do instrumento, a volatilidade esperada baseada no valor das ações de nossos concorrentes para planos contratados e volatilidade das ações, a vida média ponderada dos instrumentos, dividendos esperados e taxa de juros livres de risco (baseada em títulos públicos) e total de ações do capital social. Condições de serviço e condições de desempenho fora de mercado inerentes às transações não são levadas em conta na apuração do valor justo. O valor justo das ações outorgadas é mensurado na data da outorga e a despesa é reconhecida no resultado, durante o exercício no qual o benefício é adquirido conforme pré-requisitos específicos. A Administração da Companhia revisa as estimativas quanto a quantidade de ações nas datas dos balanços, cujo os direitos devem ser reconhecidos com base nas condições pré-definidas no resultado do exercício em contrapartida do patrimônio líquido, quando aplicável.

	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e bancos	122	38
Certificados de depósito bancário ("CDB") e operações compromissadas	7.999	96.193
Total de caixa e equivalentes de caixa	8.121	96.231

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Em 31 de dezembro de 2019, estes instrumentos financeiros se referem substancialmente a Certificado de Depósito Bancário e com remuneração de 99% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) (101,25% em 31 de dezembro de 2019). As aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa são avaliadas mediante referência às classificações externas de crédito. Em 31 de dezembro de 2020 não existem diferenças entre o valor contábil e o valor justo de caixa e equivalentes de caixa.

	31/12/2020	31/12/2019
Localização de veículos	28.473	18.611
Carros alienados para renovação da frota	9.882	37.276
Total	38.355	55.887

	31/12/2020	31/12/2019
Ajuste a valor presente		(691)
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(8.156)	(1.092)
Total	30.199	54.104

	31/12/2020	31/12/2019
Circulante	30.199	44.555
Não circulante		9.549
Para o cálculo do ajuste a valor presente, a Companhia utilizou a taxa de juros de 4,67% a.a., que representa a curva de juros esperada para o prazo médio de vencimento das contas a receber não circulante, acrescido do spread 0,37% a.a. referente ao custo da dívida, aplicado sobre os montantes estimados de fluxos de caixa contratuais de recebíveis. A Companhia ponderou como fatores de risco a possibilidade de aumento das taxas de juros internos. A exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações		

	31/12/2020	31/12/2019
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa		2.402
Ajuste a valor presente	235	(235)
Depreciação	(2.524)	(4.732)
Despesas de planos de remuneração		(8.240)
Provisão para contingências	136	413
Demais provisões	42	117
Total	(2.388)	(6.553)

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro do exercício antes dos impostos	59.327	42.263
Alíquotas nominais	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculado à alíquota nominal	(20.171)	(14.369)
Ajustes à despesa nominal:		
Outras (adições) exclusões	803	(629)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(19.368)	(14.998)
Total de despesa de imposto de renda e contribuição social correntes	(13.715)	(13.067)
Total de despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos	(5.653)	(1.931)
Total	(19.368)	(14.998)

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro do exercício antes dos impostos	59.327	42.263
Alíquotas nominais	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculado à alíquota nominal	(20.171)	(14.369)
Ajustes à despesa nominal:		
Outras (adições) exclusões	803	(629)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(19.368)	(14.998)
Total de despesa de imposto de renda e contribuição social correntes	(13.715)	(13.067)
Total de despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos	(5.653)	(1.931)
Total	(19.368)	(14.998)

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro do exercício antes dos impostos	59.327	42.263
Alíquotas nominais	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculado à alíquota nominal	(20.171)	(14.369)
Ajustes à despesa nominal:		
Outras (adições) exclusões	803	(629)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(19.368)	(14.998)
Total de despesa de imposto de renda e contribuição social correntes	(13.715)	(13.067)
Total de despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos	(5.653)	(1.931)
Total	(19.368)	(14.998)

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro do exercício antes dos impostos	59.327	42.263
Alíquotas nominais	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculado à alíquota nominal	(20.171)	(14.369)
Ajustes à despesa nominal:		
Outras (adições) exclusões	803	(629)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(19.368)	(14.998)
Total de despesa de imposto de renda e contribuição social correntes	(13.715)	(13.067)
Total de despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos	(5.653)	(1.931)
Total	(19.368)	(14.998)

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro do exercício antes dos impostos	59.327	42.263
Alíquotas nominais	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculado à alíquota nominal	(20.171)	(14.369)
Ajustes à despesa nominal:		
Outras (adições) exclusões	803	(629)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(19.368)	(14.998)
Total de despesa de imposto de renda e contribuição social correntes	(13.715)	(13.067)
Total de despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos	(5.653)	(1.931)
Total	(19.368)	(14.998)

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro do exercício antes dos impostos	59.327	42.263
Alíquotas nominais	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculado à alíquota nominal	(20.171)	(14.369)
Ajustes à despesa nominal:		
Outras (adições) exclusões	803	(629)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(19.368)	(14.998)
Total de despesa de imposto de renda e contribuição social correntes	(13.715)	(13.067)
Total de despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos	(5.653)	(1.931)
Total	(19.368)	(14.998)

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro do exercício antes dos impostos	59.327	42.263
Alíquotas nominais	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculado à alíquota nominal	(20.171)	(14.369)
Ajustes à despesa nominal:		
Outras (adições) exclusões	803	(629)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(19.368)	(14.998)
Total de despesa de imposto de renda e contribuição social correntes	(13.715)	(13.067)
Total de despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos	(5.653)	(1.931)
Total	(19.368)	(14.998)

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro do exercício antes dos impostos	59.327	42.263
Alíquotas nominais	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculado à alíquota nominal	(20.171)	(14.369)
Ajustes à despesa nominal:		
Outras (adições) exclusões	803	(629)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(19.368)	(14.998)
Total de despesa de imposto de renda e contribuição social correntes	(13.715)	(13.067)
Total de despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos	(5.653)	(1.931)
Total	(19.368)	(14.998)

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro do exercício antes dos impostos	59.327	42.263
Alíquotas nominais	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculado à alíquota nominal	(20.171)	(14.369)
Ajustes à despesa nominal:		
Outras (adições) exclusões	803	(629)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(19.368)	(14.998)
Total de despesa de imposto de renda e contribuição social correntes	(13.715)	(13.067)
Total de despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos	(5.653)	(1.931)
Total	(19.368)	(14.998)

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro do exercício antes dos impostos	59.327	42.263
Alíquotas nominais	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculado à alíquota nominal	(20.171)	(14.369)
Ajustes à despesa nominal:		
Outras (adições) exclusões	803	(629)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(19.368)	(14.998)
Total de despesa de imposto de renda e contribuição social correntes	(13.715)	(13.067)
Total de despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos	(5.653)	(1.931)
Total	(19.368)	(14.998)

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro do exercício antes dos impostos	59.327	42.263
Alíquotas nominais	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculado à alíquota nominal	(20.171)	(14.369)
Ajustes à despesa nominal:		
Outras (adições) exclusões	803	(629)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(19.368)	(14.998)
Total de despesa de imposto de renda e contribuição social correntes	(13.715)	(13.067)
Total de despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos	(5.653)	(1.931)
Total	(19.368)	(14.998)

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro do exercício antes dos impostos	59.327	42.263
Alíquotas nominais	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculado à alíquota nominal	(20.171)	(14.369)
Ajustes à despesa nominal:		
Outras (adições) exclusões	803	(629)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(19.368)	(14.998)
Total de despesa de imposto de renda e contribuição social correntes	(13.715)	(13.067)
Total de despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos	(5.653)	(1.931)
Total	(19.368)	(14.998)

financeiras é o valor contábil, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019
A vencer	34.514	51.827
Vencidos:		
Até 60 dias	580	1.962
61 a 90 dias	24	566
91 a 180 dias	52	440
Acima de 180 dias	3.185	1.092
Total	38.355	55.887

A movimentação da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa é apresentada a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo no início do exercício	(1.092)	(944)
Montante constituído no exercício	(7.064)	(148)
Saldo no final do exercício	(8.156)	(1.092)

A despesa com a constituição de provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa foi registrada na rubrica de despesas de vendas na demonstração de resultado do exercício. Quando não existe expectativa de recuperação do montante provisionado, os valores são compensados contra a baixa definitiva do título.

7 **Veículos em desativação para renovação de frota**
Em 31 de dezembro de 2020, a Unidas Agro possui 252 veículos disponíveis para venda (99 em 31 de dezembro de 2019). A movimentação do exercício é demonstrada conforme abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo no início do exercício	3.961	11.978
Adições	121.955	105.644
Baixas	(114.336)	(113.661)
Saldo no final do exercício	11.580	3.961

A Companhia mantém práticas e procedimentos para analisar e comparar o valor contábil dos veículos em desativação para renovação da frota com seu valor justo, deduzido do custo de venda. Quando há incertezas quanto à realização do seu valor realizável líquido, uma provisão para ajuste ao valor realizável líquido é constituída. Não há ativos relacionados a veículos em desativação para renovação de frota mantidos como garantia.

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo no início do exercício	3.961	11.978
Adições	121.955	105.644
Baixas	(114.336)	(113.661)
Saldo no final do exercício	11.580	3.961

A Companhia mantém práticas e procedimentos para analisar e comparar o valor contábil dos veículos em desativação para renovação da frota com seu valor justo, deduzido do custo de venda. Quando há incertezas quanto à realização do seu valor realizável líquido, uma provisão para

UNIDAS AGRO LOCACAO DE VEICULOS S.A - CNPJ: 00.453.246/0001-19

Pg 3/3

(c) Grau de relacionamento exercido entre a Companhia e suas partes relacionadas - • Companhia de Locação das Américas (Controladora) - Operações de locação de veículos e pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio. • Unidas S.A. (coligada) - Operação de locação de veículos e mútuo. **16 Patrimônio líquido: (a) Capital social** - Em 31 de dezembro de 2020, o capital social da Companhia se encontra totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, no montante de R\$179.433, equivalente a 39.433.298 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal (em 31 de dezembro de 2019 R\$179.433, equivalente a 39.433.298 ações). **(b) Reserva de capital e opções outorgadas** - A Companhia constitui reserva de ações outorgadas correspondente as ações do plano de remuneração baseado em ações. O saldo de ações outorgadas em 31 de dezembro de 2020 é de R\$1.279. A Companhia possui um saldo de reserva de capital correspondente as ações do plano de remuneração baseado em ações já exercidas. O saldo da reserva de capital em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ (129). Abaixo a movimentação dos pagamentos baseados em ações para o exercício findo de 31 de dezembro de 2020:

Saldo em 31 de dezembro de 2019

Montante de despesas com pagamentos baseado em ações reconhecidas no resultado	1.279
Realização ou direito de plano de remuneração	(129)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.150

(c) Reserva de lucros - • Reserva legal - Reserva legal constituída conforme determina a legislação societária, com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício, limitada a: (i) 20% do capital social realizado ou (ii) quando o saldo dessa reserva somado ao montante das reservas de capital atingir 30% do capital social realizado. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para a compensação de prejuízos ou aumento de capital. O saldo da reserva legal em 31 de dezembro de 2020 é de R\$3.324 (R\$1.326 em 31 de dezembro de 2019). **• Reserva de investimentos** - A reserva de investimento refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, aprovados pela Diretoria, destinada à aplicação em investimentos, revisão orçamentária e manutenção do capital de giro da Companhia. Em 31 de dezembro de 2020 o montante de reserva de investimentos era de R\$47.034 (R\$18.563 em 31 de dezembro de 2019). **(d) Dividendos e juros sobre capital próprio** - Conforme previsto no Estatuto Social da Companhia, do saldo do lucro líquido apurado em cada exercício social, após a dedução da reserva legal, pelo menos 25% será distribuído a título de dividendo obrigatório e/ou juros sobre capital próprio, salvo destinação diversa determinada pela Assembleia Geral Ordinária (AGO).

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido do exercício	39.959	27.265
Prejuízos acumulados		(747)
Constituição da reserva legal (5%)	(1.998)	(1.326)
Base de cálculo dos dividendos	37.961	25.192
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	9.490	6.298
Dividendo adicional proposto a pagar		331
Total de dividendos e juros sobre capital próprio	9.490	6.629
Porcentagem sobre o lucro líquido do exercício	23,7%	24,3%

(e) Lucro básico por ação - O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro atribuível aos acionistas	39.959	27.265
Quantidade média ponderada de ações (*)	39.433	34.930
Lucro básico por ação - R\$	1,01	0,78

(*) Para fins de comparação entre os exercícios, a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas como denominador no cálculo do lucro básico e diluído por ação leva em consideração o aumento de capital social da Companhia ocorrido em 15 de março de 2019. **(f) Lucro diluído por ação** - O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores.

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro atribuível aos acionistas	39.959	27.265
Quantidade média ponderada de ações (*)	39.433	34.930
Ajustes de opções de compra de ações (milhares)	122	

	31/12/2020	31/12/2019
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação (milhares)	39.555	34.930
Lucro diluído por ação - R\$	1,01	0,78

(*) Para fins de comparação entre os exercícios, a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas como denominador no cálculo do lucro básico e diluído por ação leva em consideração o aumento de capital social da Companhia ocorrido em 15 de março de 2019.

17 Receita operacional líquida: Abaixo apresentamos a reconciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração de resultado (receita líquida) para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	31/12/2020	31/12/2019
Receita bruta	313.901	252.867
Descontos e cancelamentos	(1.046)	(646)
Impostos incidentes	(17.982)	(12.213)
Receita operacional líquida	294.873	240.008

A composição da receita operacional líquida por categoria significativa é como segue:

18 Custos e despesas operacionais

	31/12/2020	31/12/2019
Custo de venda dos veículos seminovos	(114.336)	(113.661)
Manutenção, taxas veiculares	(52.937)	(35.363)
Depreciação	(51.416)	(36.159)
Pessoal		(281)
Propaganda e marketing		(493)
Comissões, taxas e serviços de terceiros		(7.605)
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa		(57)
Viagens		(90)
Recuperação de créditos de PIS/COFINS	8.597	4.846
Outros	(1.536)	(368)
Total	(211.628)	(180.705)

19 Despesas financeiras, líquidas

	31/12/2020	31/12/2019
Rendimento de aplicações financeiras e juros de clientes	1.252	1.203
Ajuste a valor presente	691	
Total das receitas financeiras	1.943	1.203
Juros sobre financiamento e custo de captação	(3.976)	(1.746)
Juros de cessão de montadoras	(3.321)	(1.593)
Descontos concedidos	(1.013)	(223)
Ajuste a valor presente		(691)
Arrendamento de imóveis	(44)	(160)
Impostos e taxas	(207)	(474)
Juros sobre mútuo e atrasos de pagamento	(479)	(909)
Outras despesas financeiras	(110)	(1.745)
Total das despesas financeiras	(9.150)	(7.541)
Despesas financeiras, líquidas	(7.207)	(6.338)

20 Cobertura de seguros (não auditado)

A Companhia tem por política manter cobertura de seguros para frota conforme exigências contratuais e para danos a terceiros. A Administração considera a cobertura contratada adequada para cobrir os possíveis riscos e eventuais perdas com sinistros de seus ativos imobilizados.

	31/12/2020	31/12/2019
Locação	194.320	132.675
Venda de veículos (*)	118.535	119.546
Impostos incidentes	(17.982)	(12.213)
Receita operacional líquida	294.873	240.008

(*) Não há a incidência dos impostos PIS e COFINS sobre a venda de veículos seminovos já que os mesmos são caracterizados como "ativo imobilizado".

	31/12/2020	31/12/2019
Custos de locação e venda de veículos	(114.336)	(113.661)
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(52.937)	(35.363)
Total	(167.273)	(149.024)

21 Eventos subsequentes

Em 14 de dezembro de 2020, foi deliberado e aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Controladora Companhia de Locação das Américas a incorporação da Companhia, passando todos os seus ativos e passivos a serem partes integrantes da sua controladora a partir de 1º de fevereiro de 2021.

DIRETORIA
Felipe José Gomes Ribeiro Diretor – Unidas Agro Locação de Veículos S.A. Wagner de Pádua Silva Contador – Unidas Agro Locação de Veículos S.A. CRC-SP 258.886/O-2 Marco Túlio de Carvalho Oliveira Diretor Financeiro e de Relação com Investidores – Companhia de Locação das Américas Juliana Chrispin Gavineli Gerente Contábil – Companhia de Locação das Américas CRC-SP 291.159/O-0

Aos Administradores e Acionistas

Unidas Agro Locação de Veículos S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Unidas Agro Locação de Veículos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Unidas Agro Locação de Veículos S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as

demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos

são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela

administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Bele Horizonte, 29 de março de 2021
PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
CRC 25P000160/O-5
Fábio Abreu de Paula
Contador CRC 1M075204/O-0

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO HIPÓLITO/MG

O Município de Santo Hipólito/MG torna público, para conhecimento dos interessados, que às 13h00 do dia 19 de Abril de 2021, no Prédio da Prefeitura Municipal, situado na rua Emir Sales, nº 85, Centro, será realizada a sessão para recebimento e abertura dos envelopes contendo a documentação de Habilitação e Proposta Comercial da Tomada de Preço nº 003/2021, do tipo “MENOR PREÇO”, para **Contratação de assessoria técnica na área de Gestão de Saúde, para atuar na Secretaria Municipal de Saúde do município de Santo Hipólito**. Edital e maiores informações com a Comissão de Licitação, no endereço acima ou pelo fone: (38) 3726-1202 E-mail: licitacao@santohipolito.mg.gov.br ou no site: www.santohipolito.mg.gov.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO HIPÓLITO/MG

O Município de Santo Hipólito/MG torna público, para conhecimento dos interessados, que às 08h00 do dia 20 de Abril de 2021, no Prédio da Prefeitura Municipal, situado na rua Emir Sales, nº 85, Centro, será realizada a sessão para recebimento e abertura dos envelopes contendo a Proposta e Documentação - **Pregão Presencial nº 010/2021**, do tipo tipo “MAIOR OFERTA”, para **Contratação de instituição bancária para operar os serviços de processamento e gerenciamento de créditos provenientes da Folha de Pagamento dos servidores ativos, inativos e pensionistas da Prefeitura Municipal de Santo Hipólito - MG, em caráter de exclusividade, bem como dos créditos decorrentes de ordens judiciais**. Edital e maiores informações com a Comissão de Licitação, no endereço acima ou pelo fone: (38) 3726-1202 email: licitacao@santohipolito.mg.gov.br ou no site: [santohipolito.mg.gov.br/](http://www.santohipolito.mg.gov.br/)

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUISLÂNDIA/MG
AVISO DE LICITAÇÃO

APREF. MUNICIPAL DE LUISLÂNDIA/MG torna público o Processo Licitatório nº 030/2021, Pregão Presencial para Registro de Preços nº 012/2021. Objeto: **AQUISIÇÃO DE GENÊROS ALIMENTÍCIOS, PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, EXCLUSIVAMENTE PARA PARTICIPAÇÃO DE MICRO EMPRESAS (ME) OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP), PARA OS ITENS NO TOTAL DE R\$ 80.000,00 (OITENTA MIL REAIS), CONFORME LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06, DECRETO FEDERAL Nº 8538/15**. Abertura da sessão: 19/04/2021 às 09h00min. Edital disponível através do e-mail: licitacao@luislandia.mg.gov.br e pelo site: www.luislandia.mg.gov.br
Dágila Silva - Pregoeira Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUISLÂNDIA/MG
AVISO DE LICITAÇÃO

A PREF. MUNICIPAL DE LUISLÂNDIA/MG torna público o Processo Licitatório nº 026/2021, Pregão Presencial nº 008/2021. Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICA PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, EXCLUSIVAMENTE PARA PARTICIPAÇÃO DE MICRO EMPRESAS (ME) OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP), PARA OS ITENS NO TOTAL DE R\$ 80.000,00 (OITENTA MIL REAIS), CONFORME LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06, DECRETO FEDERAL Nº 8538/15**. Abertura da sessão: 15/04/2021 às 08h00min. Edital disponível através do e-mail: licitacao@luislandia.mg.gov.br e pelo site: www.luislandia.mg.gov.br
Dágila Silva - Pregoeira Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERA FELIZ/MG

Aviso de Licitação – Tomada de Preço nº 007/2021 – Processo 0105/2021 Contratação de empresa para reforma do PSF do Distrito de São Domingos. Data 15/04/2021 às 13:30 horas. O edital completo encontra-se disponível no site: www.esperafeliz.mg.gov.br.
Rômolo Quintão Donadio – Prefeito Municipal Interino.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACATU/MG

A Pref. torna público a abertura do Proc. Licit. 0026/2021, PP/SRP 017/2021 - **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** - Credenciamento: 14/04/21 às 08h00min - Abertura da sessão 14/04/21 às 08h15min. e-mail: pmibiracatulicitacao@gmail.com, site: <http://www.ibiracatu.mg.gov.br>
Kleber da Silva de Moraes - Pregoeiro Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPARAÓ

AVISO DE LICITAÇÃO - Processo nº 019/2021, Pregão Presencial nº 006/2021, com abertura para o dia **15/04/2021 às 12:30 horas**, Visando: Aquisição de brita para atender as demandas da Secretaria Municipal de Obras. O edital completo encontra-se à disposição na sede da Prefeitura à Av. Américo V de Carvalho, 120, Centro, Caparaó - MG, CEP 36.834-000 ou através do site: www.caparao.mg.gov.br.
Diógenis da Silva Miranda - Prefeito Municipal. 26/03/2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPARAÓ

AVISO DE LICITAÇÃO - Processo nº 018/2021, Pregão Presencial nº 005/2021, com abertura para o dia **14/04/2021 às 12:30 horas**, Visando: Aquisição de areia para atender as demandas da Secretaria Municipal de Obras. O edital completo encontra-se à disposição na sede da Prefeitura à Av. Américo V de Carvalho, 120, Centro, Caparaó-MG, CEP 36.834-000 ou através do site: www.caparao.mg.gov.br.
Diógenis da Silva Miranda - Prefeito Municipal. 26/03/2021.

MUNICÍPIO DE CÔNEGO MARINHO - MG

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Nº. 034/2021 - Pregão Eletrônico Nº. 029/2021. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, PEÇAS E ACESSÓRIOS DE INFORMÁTICA, MOVEIS DE ESCRITÓRIO E ELETROELETRÔNICOS. Encaminhamento/recebimento das propostas e dos documentos de habilitação: As propostas e os documentos de habilitação deverão ser encaminhados, exclusivamente por meio eletrônico no sítio <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/18/>. Apresentação das propostas e dos documentos de habilitação: Até às 08h30min do dia 15 de abril de 2021. Abertura da sessão pública e do envio de lances: às 09h00min do dia 15 de abril de 2021. O Edital está disponível no endereço eletrônico: <https://www.conegomarinho.mg.gov.br/site/licitacao>.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUISLÂNDIA/MG
AVISO DE LICITAÇÃO

APREF. MUNICIPAL DE LUISLÂNDIA/MG torna público o Processo Licitatório nº 029/2021, Pregão Presencial para Registro de Preços nº 011/2021. Objeto: **AQUISIÇÃO DE HORTIFRUTIGRANJEIROS (VERDURAS, FRUTAS, LEGUMES, DENTRE OUTROS), PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, EXCLUSIVAMENTE PARA PARTICIPAÇÃO DE MICRO EMPRESAS (ME) OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP), PARA OS ITENS NO TOTAL DE R\$ 80.000,00 (OITENTA MIL REAIS), CONFORME LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06, DECRETO FEDERAL Nº 8538/15**. Abertura da sessão: 16/04/2021 às 10h30min. Edital disponível através do e-mail: licitacao@luislandia.mg.gov.br e pelo site: www.luislandia.mg.gov.br
Dágila Silva - Pregoeira Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACATU/MG

A Pref. torna público a abertura do Proc. Licit. 0027/2021, PP 018/2021 - **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM CONTABILIDADE PÚBLICA, OBJETIVANDO ASSESSORIA E CONSULTORIA NO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DAS ROTINAS ADMINISTRATIVAS, ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS, PATRIMONIAIS, FROTAS E ALMOXARIFADO PARA OS DIVERSOS SETORES DO MUNICÍPIO, BEM COMO NA ELABORAÇÃO DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, EM ESTRITA OBSERVÂNCIA AS OBRIGAÇÕES CONTIDAS NA LEI FEDERAL 4.320/64, AS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO - NBCASP, A LEI FEDERAL Nº. 101/2000 - LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL, PORTARIAS DO STN, INSTRUÇÕES NORMATIVAS DO TCMEG E DEMAIS LEGISLAÇÕES PERTINENTES** - Credenciamento: 15/04/21 às 09h00min - Abertura da sessão 15/04/21 às 09h15min. e-mail: pmibiracatulicitacao@gmail.com, site: <http://www.ibiracatu.mg.gov.br>
Kleber da Silva de Moraes - Pregoeiro Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAOPEBA/MG

Aviso de Tomada de Preços nº006/2021. A Prefeitura Municipal de Paraopeba/MG torna público que no dia 19 de abril de 2021, às 10h horas, realizará, no Departamento de Compras Licitações, Contratos e Convênios, sito na Rua Américo Barbosa nº13, Centro, nesta, licitação na modalidade Tomada de Preços, onde serão recebidos e abertos os envelopes de habilitação e propostas, para contratação de empresa para realizar obra de Construção de Praça na Avenida Presidente Juscelino Kubstichek. Poderão participar do certame as empresas devidamente cadastradas até às 17 horas do dia 14 de abril de 2021. Cópias do edital poderão ser obtidas no endereço supra ou através do site www.paraopeba.mg.gov.br ou ainda pelo email licitacaoparaopebamg@paraopeba.mg.gov.br Informações através do telefone: 031-3714-1442, no horário de 13:00 às 16:00 horas. Paraopeba/MG, 29 de março de 2021. Jose Valadares Bahia - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRA-MG

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO: PREGÃO ELETRÔNICO PMI/SMA/SUCON Nº 015/2021, PROCESSO PMI/SMA/SUCON Nº 023/2021, cujo objeto consiste em: **Contratação de empresa para execução de serviços de recuperação de asfalto e drenagem no Trevo do Itabiruçu, no Município de Itabira/MG.** A data limite para recebimento e abertura das propostas será dia **14/04/2021 às 14h** e início da disputa do pregão será dia **14/04/2021 às 14h30min**. O edital estará disponível através do site www.licitacoes-e.com.br, no endereço: www.itabira.mg.gov.br (Portal da Transparência→ Administração→ Licitações), ou poderá ser solicitado através do e-mail: contratositabira@itabira.mg.gov.br, de 12h às 17h.

Itabira, 30 de Março de 2021

Klaus Moreira Amann
Secretário Municipal de Administração

AREZZO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

Companhia Aberta
CNPJ nº 16.590.234/0001-76 - NIRE 31.300.025.91-8 / Código CVM nº 02234-9

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2021

AREZZO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A. ("Companhia"), vem pela presente, nos termos do art. 124 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A.") e dos arts. 3º e 5º da Instrução CVM 481/09 ("ICVM 481/09"), convocar a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 29 de abril de 2021, às 10h, de forma exclusivamente digital, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: **(A) Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes, do parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020; (ii) relatório da administração e as contas dos administradores referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020; (iii) proposta da administração para a destinação do resultado relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020; (iv) a fixação do número de membros do Conselho de Administração; (v) a eleição dos membros do Conselho de Administração; (vi) indicação, dentre os conselheiros eleitos, do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho de Administração; (vii) a caracterização dos membros independentes do Conselho de Administração; (viii) fixação da remuneração global anual dos administradores para o exercício de 2021; e **(B) Em Assembleia Geral Extraordinária:** (i) o aumento do limite do capital autorizado, com a consequente alteração do art. 7º, caput, do Estatuto Social; (ii) autorização para os administradores da Companhia praticarem todos os atos necessários à efetivação das deliberações anteriores. Para participação na Assembleia, o acionista deverá enviar solicitação de cadastro para o Departamento de Relações com Investidores da Companhia, por meio do e-mail ri@arezzo.com.br, a qual deverá ser recebida pela Companhia, impreterivelmente, até 27 abril de 2021, devidamente acompanhada das informações e documentos descritos a seguir ("Cadastro"). A solicitação de Cadastro necessariamente deverá (i) conter a identificação do acionista e, se for o caso, de seu representante legal que comparecerá à Assembleia, incluindo seus nomes completos e seus CPF ou CNPJ, conforme o caso, e telefone e endereço de e-mail para envio das informações para participação, e (ii) ser acompanhada dos documentos necessários para participação na Assembleia, conforme descritos a seguir. Validada a condição de acionista e a regularidade dos documentos pela Companhia para participação na Assembleia, a Companhia enviará link contendo o formulário de cadastramento e, uma vez realizado o cadastro, após confirmado e validado pela Companhia, o acionista receberá, até 24 horas antes da Assembleia, as informações para acesso ao sistema eletrônico para participação na Assembleia. Caso o acionista não receba as instruções de acesso com até 24 horas de antecedência do horário de início da Assembleia, deverá entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores, por meio do e-mail ri@arezzo.com.br, com até, no máximo, 2 horas de antecedência do horário de início da Assembleia, para que seja prestado o suporte necessário. Não poderão participar da Assembleia os acionistas que não efetuarem o Cadastro e/ou não informarem a ausência do recebimento das instruções de acesso na forma e prazos previstos acima. Na data da Assembleia, o registro da presença do acionista somente se dará mediante o acesso do sistema eletrônico, conforme instruções e nos horários e prazos divulgadas pela Companhia. A Companhia ressalta que será de responsabilidade exclusiva do acionista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização das plataformas para participação da Assembleia por sistema eletrônico, e que a Companhia não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou de manutenção de conexão e de utilização da plataforma digital que não estejam sob controle da Companhia. Nos termos do art. 126 da Lei das S.A. e do art. 10 do estatuto da Companhia e em linha com as orientações constantes do item 12.2 do Formulário de Referência, para participar da Assembleia, os acionistas ou seus representantes deverão apresentar à Companhia, além de cópia simples do documento de identidade e cópia simples dos atos societários que comprovem a representação legal: (i) comprovante expedido pela instituição financeira prestadora dos serviços de escrituração das ações da Companhia com, no máximo, 5 dias de antecedência da data da realização da Assembleia; (ii) cópia simples do instrumento de outorga de poderes de representação; e (iii) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente com, no máximo, 5 dias de antecedência da data da realização da Assembleia. O representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia simples dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente: (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do(s) administrador(es) que (b.i) comparecer(em) à Assembleia como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar(em) procuração para que terceiro represente acionista pessoa jurídica. No tocante aos fundos de investimento, a representação dos cotistas na Assembleia caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos documentos societários acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar cópia simples do regulamento do fundo, devidamente registrado no órgão competente. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 ano, nos termos do art. 126, § 1º da Lei das S.A. Em cumprimento ao disposto no art. 654, §1º e §2º do Código Civil, a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante, ou, alternativamente, com assinatura digital, por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil, ou com assinatura eletrônica certificada por outros meios que, a critério da Companhia, comprovem a autoria e integridade do documento e dos signatários. As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no art. 126, §1º da Lei das S.A. As pessoas jurídicas acionistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado (Processo CVM RJ2014/3578, julgado em 4.11.2014). Os documentos dos acionistas expedidos no exterior devem conter reconhecimento das firmas dos signatários por Tabelião Público, ser apostilados ou, caso o país de emissão do documento não seja signatário da Convenção de Haia (Convenção da Apostila), legalizados em Consulado Brasileiro, traduzidos por tradutor juramentado matriculado na Junta Comercial, e registrados no Registro de Títulos e Documentos. Conforme previsto no §1º do art. 141 da Lei das S.A., no art. 4º da ICVM 481/2009 e nos arts. 1º e 3º da Instrução CVM 165/1991, é facultado aos acionistas titulares, individual ou conjuntamente, de ações representativas de, no máximo, 5% do capital social com direito a voto requerer, por meio de notificação escrita entregue à Companhia até 48 horas antes da Assembleia, a adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do conselho de administração. No cálculo do percentual necessário para requerer a adoção do procedimento de voto múltiplo as ações de emissão da Companhia mantidas em tesouraria devem ser excluídas (Processos CVM RJ2013/4386 e RJ2013/4607, julgados em 04.11.2014). Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia estarão à disposição dos acionistas na sede e no site da Companhia (<http://www.arezco.com.br>), da CVM (www.cvm.gov.br) e a B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br), incluindo a Proposta da Administração contendo também informações complementares relativas à participação na Assembleia e ao acesso por sistema eletrônico. Ressalta-se que não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à Assembleia, uma vez que será realizada exclusivamente de modo digital. São Paulo, 30 de março de 2021. **Alessandro Giuseppe Carlucci** - Presidente do Conselho de Administração.

Aviso aos Acionistas

A Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A – CEASAMINAS, sociedade anônima e economia mista de capital fechado, CNPJ 17.504.325/0001-04, através de seus Administradores, comunica aos seus acionistas, que o Relatório de Administração, as Demonstrações Contábeis e Financeiras do Exercício 2020, o Parecer dos Auditores Independentes, o Parecer do Conselho Fiscal, o Parecer do Conselho da Administração e Orçamento de Investimento e demais documentos correlacionados se encontram à disposição dos senhores acionistas na sede administrativa da empresa, Rodovia BR 040 KM 688, Pavilhão Administração s/n, Bairro Guanabara, Contagem/MG.

Contagem, 29 de Março de 2021.

Guilherme Caldeira Brant
Diretor-Presidente.



AVISO
CHAMADA PÚBLICA
Nº 058/2021

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, através da DIRETORIA DE COMPRAS - Realizará Chamada Pública com vista ao credenciamento das empresas especializadas interessadas em prestar serviços de reabilitação em deficiência intelectual como componente da rede municipal de cuidados à pessoa com deficiência para atender a Rede Municipal de Saúde, de acordo com as diretrizes do Sistema Único de Saúde - SUS. O Edital encontra-se a disposição na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Uberlândia, situada nesta cidade na Avenida Anselmo Alves dos Santos, nº 600, 3º andar - Prédio 2, bairro Santa Mônica, de segunda a sexta, em dias úteis, das 12h às 17h, e no site do Município www.uberlandia.mg.gov.br. A entrega dos Envelopes, com documentação, deverá ser feita diretamente na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Uberlândia, situada nesta cidade na Avenida Anselmo Alves dos Santos, nº 600, 3º andar - Prédio 2, bairro Santa Mônica, telefone 0xx 34-3239-2488, até o dia 30/12/2021. Uberlândia-MG, 30 de março de 2021. GLADSTONE RODRIGUES DA CUNHA FILHO. Secretário Municipal de Saúde

MÉLIUZ S.A.

COMPANHIA ABERTA - CNPJ/ME nº 14.110.585/0001-07 NIRE 3130011265-9

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os senhores acionistas ("Acionistas") da MÉLIUZ S.A. ("Companhia") a se reunirem nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária ("AGOE"), sob a forma exclusivamente digital, nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei nº 6.404/76") e da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada ("ICVM 481"), no dia **30 de abril de 2021, às 11:00 horas**, através de plataforma digital indicada no Manual de Participação e Proposta da Administração da Companhia ("Manual" e "Plataforma Digital"), respectivamente, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia ("Ordem do Dia"): **1. Em Assembleia Geral Ordinária:** (a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020; (b) Deliberar acerca da proposta de destinação do lucro líquido e a distribuição de dividendos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020; (c) Fixar a remuneração global anual dos Administradores da Companhia para o exercício social de 2021. **2. Em Assembleia Geral Extraordinária:** (a) Ratificar a aquisição, pela Companhia, do controle da Picodí, com a Companhia, em 26 de fevereiro de 2021, nos termos do artigo 256 da Lei nº 6.404/76; (b) Deliberar sobre o aumento do número de membros que atualmente compõem o Conselho de Administração da Companhia, de 5 (cinco) membros para 7 (sete) membros; (c) Eleição de 2 (dois) membros do Conselho de Administração, por um prazo de mandato unificado com os demais membros do Conselho de Administração eleitos em 1º de setembro de 2020; (d) Deliberar acerca da independência de candidato indicado para o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia; (e) Deliberar sobre o aditamento ao Plano de Remuneração Baseado em Ações da Companhia aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º de setembro de 2020, conforme alterado em 05 outubro de 2020; (f) Aprovar a alteração do *caput* do Artigo 2º do Estatuto Social da Companhia, com a finalidade de alterar o endereço da sede social da Companhia; (g) Aprovar a atualização da redação do *caput* do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, de modo a refletir os aumentos de capital social da Companhia aprovados nas Reuniões do Conselho de Administração realizadas nos dias 03 de novembro e 04 de dezembro de 2020; (h) Deliberar sobre a atualização e consolidação do Estatuto Social da Companhia, de forma a refletir as alterações acima destacadas, caso aprovadas; e (i) Autorizar a administração da Companhia a praticar todos os atos necessários à efetivação e implementação das deliberações aprovadas pelos acionistas na Assembleia. **INFORMAÇÕES GERAIS: 1. Documentos à Disposição dos Acionistas.** Os documentos pertinentes à Ordem do Dia a serem analisados ou discutidos na AGOE, incluindo este Edital de Convocação, o Manual (o qual inclui informações detalhadas sobre as matérias da Ordem do Dia bem como as regras e procedimentos para participação e/ou votação a distância na AGOE), bem como aqueles exigidos nos termos do §6º do artigo 124, do artigo 133 e §3º do artigo 135 da Lei nº 6.404/76 e do artigo 6º da ICVM 481, encontram-se disponíveis aos Senhores Acionistas: (i) na página de Relações com Investidores da Companhia na rede mundial de computadores (ri.meliuz.com.br), bem como na sua sede social, (ii) na página da CVM na rede mundial de computadores (www.cvm.gov.br); (iii) na página da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão na rede mundial de computadores (www.b3.com.br). **2. Participação dos Acionistas na AGOE.** Conforme autorizado pelo §3º do Artigo 21-C da ICVM 481, e, tendo em vista as medidas restritivas impostas pelas autoridades competentes durante a pandemia do COVID-19 (coronavírus), a AGOE será realizada de modo exclusivamente digital, razão pela qual os Acionistas poderão participar da AGOE: (a) votando virtualmente, por meio da Plataforma Digital; ou (b) votando a distância, por meio do envio de Boletim de Voto a Distância ("Boletim de Voto"). **3. Votação a Distância.** Os Acionistas poderão exercer o direito de voto por meio do envio do Boletim de Voto, até **23 de abril de 2021 (inclusive)**: (i) ao escriturador das ações de emissão da Companhia, (ii) aos seus agentes de custódia que prestem esse serviço, no caso dos acionistas titulares de ações depositadas em depositário central; ou (iii) diretamente à Companhia. Para informações adicionais, o Acionista deve observar as regras previstas na ICVM 481 e os procedimentos descritos no Manual. **4. Participação via Plataforma Digital.** Os Acionistas poderão, pessoalmente ou por procurador devidamente constituído nos termos do artigo 21-C, §8º e 3º da ICVM 481, participar virtualmente da AGOE por meio da Plataforma Digital. Nesse caso, o Acionista poderá: (i) simplesmente participar da AGOE, tenha ou não enviado o Boletim de Voto; ou (ii) participar e votar na AGOE, observando-se que, quanto ao Acionista que já tenha enviado o Boletim de Voto e que, caso queira, vote na AGOE, todas as instruções de voto do referido Acionista recebidas por meio de Boletim de Voto, devem ser desconsideradas. Para participarem virtualmente da AGOE por meio da Plataforma Digital, os Acionistas deverão enviar solicitação à Companhia neste sentido, para o endereço eletrônico ri@meliuz.com.br, até 2 (dois) dias antes da data de realização da AGOE (isto é, até **às 11:00 horas do dia 28 de abril de 2021**). A solicitação deverá estar acompanhada da identificação do Acionista e, se for o caso, de seu representante legal ou procurador constituído que comparecerá à AGOE, incluindo os nomes completos e o CPF ou CNPJ (conforme o caso), além de e-mail e telefone para contato, bem como os documentos necessários para a sua participação, conforme esclarecimentos no item 5 abaixo. Visando à segurança da AGOE, o acesso ao sistema eletrônico será restrito aos Senhores Acionistas da Companhia que se credenciarem no prazo previsto (isto é, até **às 11:00 horas do dia 28 de abril de 2021**), nos termos do Manual. Dessa forma, caso os Senhores Acionistas não enviem a solicitação de cadastramento no prazo acima referido, não será possível que a Companhia garanta a participação de tais acionistas remotamente na AGOE. Após recebida a solicitação e verificados, de forma satisfatória, os documentos apresentados, será enviado para o e-mail informado ou, em sua ausência, para o email solicitante, o link e as instruções de acesso à Plataforma Digital, sendo remetido apenas um convite individual por solicitante. Caso o Acionista que tenha solicitado devidamente sua participação, não receba o e-mail com as instruções para acesso e participação na AGOE com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da sua realização (ou seja, até **às 11:00 horas do dia 29 de abril de 2021**), deverá entrar em contato com a Companhia pelo email ri@meliuz.com.br, antes das **18:00 horas do dia 29 de abril de 2021**, a fim de que lhe sejam reenviadas as suas respectivas instruções para acesso. O link e as instruções a serem enviados pela Companhia são **pessoais e intransferíveis**, e não poderão ser compartilhados com terceiros, sob pena de responsabilização do Acionista. A Companhia também solicita a tais acionistas que acessem a Plataforma Digital com, no mínimo, 30 minutos de antecedência em relação ao horário previsto para início da AGOE, a fim de permitir a validação do acesso e participação de todos os acionistas que dela se utilizem. **5. Documentos Necessários para a Participação.** Conforme detalhado no Manual, para sua participação, seja pessoal ou por procurador, O Acionista poderá participar diretamente ou por representante legal ou procurador devidamente constituído, sendo que as regras para outorga de procuração encontram-se detalhadas no Manual. Para orientações detalhadas acerca da documentação exigida para a participação do Acionista (pessoa física, pessoa jurídica e fundos investimento) na AGOE, vide o Manual, o qual se encontra disponível (i) na página de Relações com Investidores da Companhia na rede mundial de computadores (ri.meliuz.com.br), bem como na sua sede social, (ii) na página da CVM na rede mundial de computadores (www.cvm.gov.br); (iii) na página da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão na rede mundial de computadores (www.b3.com.br). **6. Informações Adicionais.** A Companhia não se responsabiliza por qualquer erro ou problema operacional ou de conexão que o Acionista venha a enfrentar, bem como por qualquer outra eventual questão que não esteja sob o controle da Companhia e que venha a dificultar ou impossibilitar a participação do Acionista na AGOE por meio da Plataforma Digital. Os Acionistas que solicitem sua participação por meio eletrônico deverão se familiarizar previamente com o uso da plataforma digital, bem como garantir a compatibilidade de seus respectivos dispositivos eletrônicos com a utilização da plataforma (por vídeo e áudio). Sem prejuízo da possibilidade de participar e votar na AGOE, conforme instruções contidas neste Edital de Convocação e no Manual, a Companhia recomenda aos seus acionistas que utilizem e seja dada preferência ao Boletim de Voto para fins de participação na AGOE, evitando que problemas decorrentes de equipamentos de informática ou de conexão à rede mundial de computadores dos acionistas prejudiquem o exercício do seu direito de voto na AGOE. Nos termos da Instrução da CVM nº 165, de 11 de dezembro de 1991, conforme alterada, o percentual mínimo de participação no capital votante necessário à requisição da adoção de voto múltiplo é de 5% (cinco por cento). Belo Horizonte, 31 de março de 2021.

OFELI CAMPOS GUIMARÃES - Presidente do Conselho de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO/MG

Informa que realizará **Processo Licitatório 54/2021 - Pregão Eletrônico N.º 29/2021 – Contratação de empresa para locação de tendas, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Rio Abaixo/MG.** As propostas serão recebidas até às 09:00 horas do dia 15/04/2021. A operação da sessão pública se dará a partir das 09:00 horas do dia 15/04/2021. O Edital completo poderá ser obtido no sítio eletrônico <https://www.saogoncalo.mg.gov.br/transparencia> e/ou <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>.

S. G. R. Abaixo, 30 de março de 2021.

Raimundo Nonato de Barcelos – Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAOPEBA/MG

Aviso de Tomada de Preços nº007/2021. A Prefeitura Municipal de Paraopeba/MG torna público que no dia 20 de abril de 2021, às 10horas, realizará, no Departamento de Compras Licitações, Contratos e Convênios, sito na Rua Américo Barbosa nº13, Centro, nesta, licitação na modalidade Tomada de Preços, onde serão recebidos e abertos os envelopes de habilitação e propostas, para contratação de empresa para realizar obra de Execução de Pórtico de Entrada da Cidade e Letreiro em Concreto. Poderão participar do certame as empresas devidamente cadastradas até às 17 horas do dia 15 de abril de 2021. Cópias do edital poderão ser obtidas no endereço supra ou através do site www.paraopeba.mg.gov.br ou ainda pelo email licitacaoparaopebamg@paraopeba.mg.gov.br Informações através do telefone: 031-3714-1442, no horário de 13:00 às 16:00 horas. Paraopeba/MG, 30 de março de 2021. Jose Valadares Bahia - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHOMI

• AVISO DE LICITAÇÃO: A Prefeitura Municipal de Itanhomi, torna público, para conhecimento de todos, que fará realizar no dia 15/04/2021, às 08:00 h, a Licitação Nº 015/2021 - modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2021 (Registro de Preços)**, tipo MENOR PREÇO POR LOTE, em conformidade com a Lei 10.520/02 e 8.666/93. Os envelopes deverão ser protocolados na Prefeitura até às 08:00 h do dia 15/04/2021. O objeto da presente licitação é contratação de empresa especializada para prestação de serviços mecânicos com fornecimento de peças para manutenção das máquinas leves e pesadas da frota municipal. O EDITAL se encontra à disposição dos interessados, que poderão adquiri-lo até o dia 14/04/2021, das 7:00 às 11:00 e das 12:00 às 16:00 h, junto à Equipe de Apoio ao Pregão, em sua sede à Av. JK, 91 - Centro - Itanhomi/MG - CEP: 35.120-000 ou através do site: <http://transparencia.itanhomi.mg.gov.br>. Para maiores esclarecimentos entre em contato com o Pregoeiro Oficial (E-mail: itanhomiprefeitura@gmail.com). Prefeitura Municipal de Itanhomi, 25/03/2021. Adriani Jorge de Oliveira Lopes - Pregoeiro Oficial.



DECISÃO DE SUSPENSÃO
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS
Nº 096/2021

Objeto: Ata de Registro de Preços para contratação futura e eventual de serviços de fornecimento e colocação de 1.200 jazigos duplos, em concreto armado pré-moldado, no Cemitério Municipal Campo do Bom Pastor, em Uberlândia-MG. A Diretoria de Compras, excepcionalmente, tendo em vista o pedido de esclarecimento ao Edital Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 096/2021 e, considerando a necessidade de alterar o edital DECIDE SUSPENDER, sine die, a referida Licitação. Deve-se dar amplo conhecimento dessa decisão mediante publicação de que a mesma foi SUSPENSADA, sine die e que, oportunamente será marcada nova data para Sessão Pública para recebimento de proposta. Uberlândia, 30 de março de 2021. Sueli Aparecida Silva, Diretora de Compras



AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 097/2021 CRITÉRIO DE JULGAMENTO "MENOR PREÇO POR ITEM"

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, através da DIRETORIA DE COMPRAS Realizará a licitação supramencionada - Objeto: Ata de Registro de Preços para futura e eventual aquisição de medicamentos (Apidra 100 ui/ml, Benicar HCT 40 mg, Briinta 90mg, entre outros), para cumprimento de decisões judiciais. A sessão pública na Internet para recebimento das Propostas estará aberta até às 09:00 horas do dia 22/04/2021, no endereço <https://www.gov.br/compras/pt-br>. Uberlândia/MG, 30 de março de 2021. SUELI APARECIDA SILVA, Diretora de Compras

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 142/2021 CRITÉRIO DE JULGAMENTO "MENOR PREÇO POR ITEM"

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, por meio da DIRETORIA DE COMPRAS - Realizará licitação supramencionada - Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios (chá mate, café em pó e açúcar cristal) para serem utilizados em toda a Administração Direta e Indireta do Município de Uberlândia. A sessão pública na Internet para recebimento das Propostas estará aberta até as 09:00 horas do dia 22/04/2021, no endereço www.gov.br/compras/pt-br. Uberlândia-MG, 30 de março de 2021. Sueli Aparecida Silva, Diretora de Compras

COMARCA DE CAPELINHA - MG - EDITAL DE INTIMAÇÃO DE TERCEIROS - 1ª VARA CÍVEL, CRIME E VEC - PRAZO DE 10 DIAS.

A Doutora Camila Gonçalves de Souza Vilela, MMª. Juíza de Direito da 1ª Vara Cível, Crime e VEC da Comarca de Capelinha Minas Gerais, etc... **FAZ SABER** a todos quantos o presente Edital virem ou dele tiverem conhecimento, extraído dos autos de **Ação de Servidão Administrativa, com Pedido de Liminar de Imissão na Posse, nº 5001675-94.2020.8.13.0123**, na qual figura como requerente CEMIG Distribuição S.A e como réus Gema Soares Barbosa, Jucondina Barbosa e Pedro Ernesto Barbosa, tendo por objeto a servidão duas faixas de terreno irregular sendo uma área medindo de 526,58m² e outra medindo de 8.724,99m², constando como dados complementares do imóvel pelo qual trespassará as linhas de distribuição da concessionária do Serviço Público Federal de energia elétrica o imóvel rural, constituído por uma sorte de terras localizado no município de Campo do Meio/MG, com Uma sorte de terras, situada no lugar denominado "Córrego do João, município de Capelinha, com a área de 84,07,50ha (oitenta e quatro hectares, sete ares e cinquenta centiares registrado na matrícula nº 2335, no Cartório de Registro de Imóveis de Capelinha/MG, conforme consta da petição inicial e documentos que acompanham. Tendo a expropriante oferecido e depositado a quantia de R\$ 79.910,00 (setenta e nove mil e novecentos e dez reais), inicialmente para o fim específico de imissão de posse na faixa de terreno do imóvel referido, quer agora o DD. Defensor do expropriado, Dr. Rodrigo Bebibiano Pimenta, OAB/MG 102.635, o levantamento de 80% (oitenta por cento) do "quantum" depositado, acrescido de juros e demais acréscimos legais. Assim, o presente edital é expedido em cumprimento ao determinado no art. 34 do Decreto-Lei nº. 3.365/41, com prazo de **10 (dez) dias**, para conhecimento dos **interessados e eventual impugnação de terceiros**. E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, foi expedido o presente edital, que será publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Capelinha, do Estado de Minas Gerais, 25 de fevereiro de 2021. Eu, _____ Pedrelina Alves dos Santos, Mat. F0252999, o digitei. Eu, _____ Natália Antônia Gomes, Escrivã Judicial - Matrícula 4094-9, o subscrevi. _____, Camila Gonçalves de Souza Vilela, Juíza de Direito.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURAMENTO/MG

Torna público o edital de Licitação na modalidade **Pregão Presencial nº 018/2021. Processo Licitatório nº 041/2021.** Objeto: Contratação de empresa para aquisição de recarga de toners com fornecimento de impressoras em regime de comodato e recarga de toners para impressoras próprias, para atender as diversas secretarias do município de Juramento/MG. Data de realização: 14.04.2021 às 09:00 horas, na Sala de Licitação, Avenida Antônio Maia Sobrinho, 43, Centro, Juramento/MG, CEP: 39590-000. Maiores informações e retirada do edital pelo e-mail: juramentolicitacao.mg@gmail.com ou na sede do Município de segunda a sexta feira de 07:30 as 11:30 horas e 13:00 as 17:00 horas.

July France Silveira Fonseca – Pregoeira.

AREZZO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

Companhia Aberta
CNPJ nº 16.590.234/0001-76 - NIRE 31.300.025.91-8 / Código CVM nº 02234-9
AVISO AOS ACIONISTAS
AREZZO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A. ("Companhia"), em atendimento ao disposto no art. 133 da Lei nº 6.404/76, comunica aos seus acionistas e ao mercado em geral que os documentos e informações relacionados às matérias objeto da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia a ser realizada, em primeira convocação, no dia 29 de abril de 2021, às 10h, encontram-se à disposição na sede da Companhia, na Rua Fernandes Tourinho, 147, sl. 402, Belo Horizonte - MG, CEP 30112-000 e no escritório da Companhia, na Av. Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 105, 3º andar, São Paulo - SP, CEP 04571-010, no site da Companhia (<http://arezzoco.com.br/>), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br), na forma da legislação aplicável. São Paulo, 30 de março de 2021.
Alessandro Giuseppe Carlucci - Presidente do Conselho de Administração.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RUBELITA

AVISO DE LICITAÇÃO. A Prefeitura de Rubelita - MG, torna-se público a realização do Processo Licitatório de Nº 036/2021, na modalidade **Pregão Eletrônico SRP 004/2021**, em 14/04/2021 às 13h00min, objetivando o **Registro de Preços para fornecimento eventual de gêneros alimentícios, material de limpeza e higienização, copa e cozinha.** Edital com informações complementares no site www.rubelita.mg.gov.br ou www.portaldecompraspublicas.com.br. Em 30/03/2021 - Edileuza Miranda Jardim - Pregoeira Oficial

(Lei Municipal nº 7.277, de 17 de janeiro de 1997, e Deliberações Normativas do COMAM nº 39/02 e nº 42/02)

Felipe Augusto Lins Peixoto, responsável pelo empreendimento denominado Safetest Diagnósticos Ltda, localizada à Av. José Cândido da Silveira, 2100, Salas 05, 06 e 07, Bairro Horto Florestal, torna público que protocolizou requerimento de Licença Ambiental modalidade LAS/CADASTRO, à Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMMA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITOLIO/MG - Pregão Presencial nº 17/2021 - 1º Termo de Retificação de Edital - O Sr. Prefeito, Cristiano Geraldo da Silva, torna público que o edital do **Procedimento Licitatório nº 45/2021**, Registro de preços nº 11/2021, que tem por objeto a LOCAÇÃO DE CAÇAMBAS LIXEIRAS, sofreu alterações e a realização da sessão será às **09 horas do dia 16/04/2021.** www.capitolio.mg.gov.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAI-MG

P. nº 028/21 PP nº 19/21. Objeto: Aquisição de Materiais de Papelaria e outros. **Sessão: 19/04/21 às 08:00 hs.** Edital: Prefeitura, por e-mail: setordelicitacao.ibiai@hotmail.co m ou pelo Site. Ibíai-MG, 30/03/21. Elaine Fernandes-Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAI-MG

P. nº 029/21 PP nº 20/21. Objeto: Aquisição de Materiais de Limpeza e outros. **Sessão: 26/04/21 às 08:00 hs.** Edital: P.M. de Ibíai ou por e-mail: setordelicitacao.ibiai@hotmail.co m. Ibíai, 30/03/21. Elaine Fernandes-Pregoeira

PARANASA ENGENHARIA E COMÉRCIO S/A

Comunica que acha-se à disposição dos acionistas, em sua sede social à Rua Prof. Magalhães Drumond, 218, nesta capital, a documentação exigida pelo art. 133 da Lei 6.404/1976, relativa ao exercício social findo em 31/12/2020. Belo Horizonte, 26 de março de 2021.

COOPERATIVA DOS PRODUTORES RURAIS DE ANTUNES LTDA

COOPERANTUNES CNPJ nº. 17.648.857/0001-15

Relatório da Administração: Srs. Cooperados De acordo com as disposições legais e estatutárias, submetidos à apreciação de V.Sas as Demonstrações Financeiras, compreendendo os períodos findos em 31/12/2020, permanecendo à disposição para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários. A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO 31/12/2020

ATIVO	9.314.163,26D
ATIVO CIRCULANTE	9.294.480,02D
DISPONIBILIDADES	19.886,81D
CREDITOS	9.274.593,21D
ATIVO NÃO CIRCULANTE	19.683,24D
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	6.487,78D
IMOBILIZADO	13.195,46D
PASSIVO	9.314.163,26C
PASSIVO CIRCULANTE	9.889.421,27C
FORNECEDORES NACIONAIS	8.752.998,76C
OBRIGAÇÕES DO CIRCULANTE	21.572,45C
ENCARGOS SOCIAIS E OBRIGAÇÕES FISCAIS	161.875,16C
CONTAS A PAGAR CIRCULANTES	927.315,16C
PROVISÕES CIRCULANTE	25.659,74C
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	6.487,78C
OUTRAS COMPENSAÇOES	6.487,78C
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	581.745,79D
CAPITAL	44.466,00C
RESERVAS	626.211,79D

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO 01/01/2020 A 31/12/2020

RECEITAS OPERACIONAIS	78.503.481,31C
DEDUÇÕES DAS RECEITAS C/VENDAS E SERVIÇOS	269.695,99D
RECEITAS FINANCEIRAS	66.652,57C
OUTRAS RECEITAS	499.699,69C
RECEITA LÍQUIDA	78.800.137,58C
CUSTOS	77.939.782,76D
CUSTOS DAS MERCADORIAS VENDIDAS	78.247.248,28D
ESTOQUES NA APURAÇÃO DE RESULTADO	307.465,52C
RESULTADO BRUTO	860.354,82C
DESPESAS	884.291,25D
DESPESAS OPERACIONAIS	762.930,53D
DESPESAS OPERACIONAIS FINANCEIRAS	121.360,72D
RESULTADO OPERACIONAL	23.936,43D
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES E IMPOSTOS	23.936,43D
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	23.936,43D

Igaratinga, 31 de Dezembro de 2020.
Cacilene Geralda Donizete de Oliveira CPF:064.734.776-83Presidente
Mário Martins Jacinto CPF: 140.265.036-15 Téc. Contabilidade.

COMARCA DE CAPELINHA - MG - EDITAL DE INTIMAÇÃO DE TERCEIROS - 1ª VARA CÍVEL, CRIME E VEC - PRAZO DE 10 DIAS.

A Doutora Camila Gonçalves de Souza Vilela, MMª. Juíza de Direito da 1ª Vara Cível, Crime e VEC da Comarca de Capelinha Minas de Gerais, etc... **FAZ SABER** a todos quantos o presente Edital virem ou dele tiverem conhecimento, extraído dos autos de **Ação de Servidão Administrativa, com Pedido de Liminar de Imissão na Posse, nº 5000824-89.2019.8.13.0123**, na qual figura como requerente CEMIG Distribuição S.A e como réus Gema Soares Barbosa, Jucondina Barbosa e Pedro Ernesto Barbosa, tendo por objeto a servidão **uma faixa de terreno irregular, medindo 1.693,32 metros quadrados, constando como dados complementares do imóvel pelo qual trespassará as linhas de distribuição da concessionária do Serviço Público Federal de energia elétrica o imóvel rural denominado como Córrego do João, localizado no município de Capelinha, registrado no Cartório de Registro de Imóveis de Capelinha sob matrícula nº 2.335**, conforme consta da petição inicial e documentos que acompanham. Tendo a expropriante oferecido e depositado a quantia de R\$ 10.130,00 (dez mil e cento e trinta reais), inicialmente para o fim específico de imissão de posse na faixa de terreno do imóvel referido, quer agora o DD. Defensor do expropriado, Dr. Rodrigo Bebiano Pimenta, OAB/MG 102.635, o levantamento de 80% (oitenta por cento) do “quantum” depositado, acrescido de juros e demais acréscimos legais. Assim, o presente edital é expedido em cumprimento ao determinado no art. 34 do Decreto-Lei nº. 3.365/41, com prazo de **10 (dez) dias**, para conhecimento dos **interessados e eventual impugnação de terceiros**. E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, foi expedido o presente edital, que será publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Capelinha, do Estado de Minas Gerais, 25 de fevereiro de 2021. Eu _____ Pedrelina Alves dos Santos, Mat. F0252999, o digitei. Eu, _____ Natália Antônia Gomes, Escrivã Judicial - Matrícula 4094-9, o subscrevi. _____, Camila Gonçalves de Souza Vilela, Juíza de Direto.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAI DE MINAS

Torna público: Proc 23/21 TP 3/21 – TP p/ prestação de serviços de advocacia: sessão oficial 16/04/21, às 9h. abertura de envelopes: 16/04/21, as 9:15h icaraideminas.mg.gov.br; licitacaoicarai@gmail.com;

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA DA PALMA-MG

PREGÃO Nº. 013/2021

O Município de Várzea da Palma/MG, torna público que realizará Processo Licitatório- Modalidade Pregão Presencial, no sistema RP, para aquisição de material de computadores, tablet's e outros periféricos de informática, conforme solicitação da Secretaria de Administração e Finanças. Data de julgamento: **19/04/2021, às 08hs**, no Setor de Licitações, situado na Rua Cláudio Manoel da Costa, nº 1.000, Bairro Pinlar. Edital na íntegra disponível <http://varzeadapalma.mg.gov.br>. Informações: telefone (38) 3731-9200, e mail varzeadapalma.licitacao@yahoo.com.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA DA PALMA-MG

PREGÃO Nº. 011/2021

A Prefeitura Municipal de Várzea da Palma/MG, torna público que realizará Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial, no sistema o RP para eventual aquisição de bateria veicular para veículos da administração em geral, conforme solicitação da Secretaria de Administração. Data de julgamento: **14/04/2021, às 08hs**, no Setor de Licitações, situado na Rua Cláudio Manoel da Costa, nº.1.000, Bairro Pinlar, CEP 39.260-000, Várzea da Palma. Edital na íntegra disponível <http://varzeadapalma.mg.gov.br>. Informações: telefone (38) 3731-9225.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO RETIRO/MG

A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Retiro/MG, CNPJ nº 01.612.490/0001-40, assinou contrato de compra com a empresa Biohosp Produtos Hospitalares S.A. inscrita no CNPJ nº 18.269.125/0001-87, valor global de R\$ 30.903,76 (trinta mil novecentos e três reais e setenta e seis centavos). Objetivando aquisição de tiras reagentes para medição de glicemia e glicosímetros, conforme edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 196/2020, prazo de vigência de 36 (trinta e seis) meses, a partir da data da publicação. Santo Antônio do Retiro 29 de março de 2021. Ivo Fernandes Silva - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA DA PALMA-MG

PREGÃO Nº. 012/2021

O Município de Várzea da Palma/MG, torna público que realizará Processo Licitatório- Modalidade Pregão Presencial, no sistema RP, para aquisição de material de limpeza e higiene pessoal, conforme solicitação da Secretaria de Administração e Finanças. Data de julgamento: **16/04/2021, às 08hs**, no Setor de Licitações, situado na Rua Cláudio Manoel da Costa, nº 1.000, Bairro Pinlar. Edital na íntegra disponível <http://varzeadapalma.mg.gov.br>. Informações: telefone (38)3731-9225, e mail varzeadapalma.licitacao@yahoo.com.br.

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO

A Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES, através do Hospital Universitário Clemente de Faria – HUFC, torna público que realizará Licitação Pública, na modalidade Pregão sob o nº. 09/2021, processo 2311076 108/2021, do tipo Eletrônico, para a aquisição de materiais médico hospitalares. O referido certame será realizado por meio de sistema eletrônico, pelo site: www.compras.mg.gov.br e terá como referência, o horário de Brasília – DF. As propostas comerciais deverão ser encaminhadas até as 08h59min do dia 16/04/2021 pelo endereço eletrônico acima determinado. A abertura da sessão pública do referido certame será no dia 16/04/2021, às 09h. Os interessados poderão ter acesso ao respectivo Edital e anexos pelo site: www.compras.mg.gov.br e www.unimontes.br. Quaisquer outras informações poderão ser obtidas pelo telefone: (38) 3224-8229 ou pelo e-mail: pregao.hufc@unimontes.br